

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa

Giro Linguístico e historiografia: o debate na revista *History and Theory* (1960-1992)

Florianópolis,
2015

Giro Linguístico e historiografia: o debate na revista *History and Theory* (1960-1992)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção dos graus de Bacharel e Licenciado em História, no curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação do Prof. Dr. Rodrigo Bragio Bonaldo.

Florianópolis,
2015

“Esta língua não é minha,
qualquer um percebe.
Quando o sentido caminha,
a palavra permanece.
Quem sabe mal digo mentiras,
vai ver que só minto verdades.
Assim me falo, eu, mínima,
quem sabe, eu sinto, mal sabe.
Esta não é minha língua.
A língua que eu falo trava
uma canção longínqua,
a voz, além, nem palavra.
O dialeto que se usa
à margem esquerda da frase,
eis a fala que me lusa,
eu, meio, eu dentro, eu, quase. (...)”
Paulo Leminski - “invernáculo (3)”



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o
acadêmico(a) Alexandre F. de A. M. Costa, matrícula
n.º 11101928, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
Essa Linguística e historiografia: o debate na
revista History and Theory (1960-1992),
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2015.

RODRIGO BRAGIO BOMALHO

Orientador(a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, na Sala dez do Departamento de História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Rodrigo Bragio Bonaldo**, Orientador e Presidente, o Professor **Henrique Espada R. Lima Filho**, Titular da Banca, e a Professora **Flávia Varella**, Suplente, designados pela Portaria nº 103/TCC/HST/15 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de arguirm o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa**, subordinado ao título: “**Giro Linguístico e historiografia: o debate na revista *History and Theory* (1960-1992)**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo o candidato recebido do Professor **Rodrigo Bragio Bonaldo**, a nota final **9,5**, do Professor **Henrique Espada R. Lima Filho**, a nota final **9,5**, e da Professora **Flávia Varella**, a nota final **9,5**; sendo aprovado com a nota final **9,5**. O acadêmico deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia onze de dezembro de dois mil e quinze. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 3 de dezembro de 2015.

Banca Examinadora:

Prof. Rodrigo Bragio Bonaldo..... *Rodrigo Bragio Bonaldo*

Prof. Henrique Espada R. Lima Filho..... *Henrique E. R. Lima Filho*

Prof. Flávia Varella..... *Flávia Varella*

Candidato Alexandre Fiori de Almeida Martins Costa..... *Alexandre MC*

Resumo

Qual o limite para que a narrativa efetuada pelo historiador possa manter seu caráter *histórico*? Qual o critério para avaliar que tal narrativa *extrapolou* o campo da história e adentrou, digamos, no da literatura? Em que lugar situa-se a disciplina histórica entre a pesquisa científica e a arte da narração? São perguntas que este trabalho levanta e, na medida do possível, tenta responder. Para tanto, é feita uma análise da historiografia estadunidense com ênfase nas chamadas *teses narrativistas*, particularmente na obra de Hayden White, que é analisada mais de perto. Estas teses vão paulatinamente permeando a reflexão e a escrita dos historiadores a partir de meados do século XX, prolongando um fecundo debate que insiste em não cessar. A revista *History and Theory*, um importante periódico para o campo da Teoria da História, é tomada como ponto de partida da análise, que atinge sua linha de chegada na importante Conferência sobre o Holocausto e os limites da representação histórica. Sem pretensões de findar o debate, o filósofo francês Paul Ricoeur é interpelado ao final do trabalho, em função de suas contribuições valiosas ao assunto.

Sumário

Introdução	6
Capítulo I: História e narrativa em debate na <i>History and Theory</i>.....	10
Capítulo II: O giro linguístico na história segundo Hayden White.....	37
Considerações finais: o problema do relativismo.....	55
Bibliografia.....	65

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo oferecer ao leitor um relato sobre o problema do conhecimento histórico. Para tanto, será elaborado um balanço historiográfico sobre a produção relacionada ao chamado “giro linguístico”. De forma geral, este tema diz respeito a um projeto teórico desenvolvido primeiro na filosofia, tendo como pressupostos básicos uma nova compreensão sobre o funcionamento da linguagem humana no que diz respeito a sua função de nomear o mundo. Nesta introdução, faremos um breve panorama sobre alguns trabalhos que influenciaram o desenvolvimento do “giro linguístico”, no intuito de fornecer ao leitor algumas referências para que possa, caso for de interesse, conhecê-las e a partir delas realizar pesquisas.

Claro, o trabalho possui um recorte espacial e temporal bastante delimitado, tendo em vista a enorme produção intelectual que, de uma forma ou de outra, podemos associar ao tema. Sendo assim, optamos por uma análise do cenário norte-americano, especificamente sobre a notória revista *History and Theory*, que cumpriu um papel significativo na veiculação de ensaios filosóficos e historiográficos que mobilizaram um grande número de historiadores a adentrar na discussão; em se tratando de um assunto polêmico por excelência, não poderia ser diferente.

Nosso recorte temporal, como avisa o título, compreende trabalhos produzidos entre o ano de 1960 (quando a revista é fundada e sua primeira edição publicada), tomado como ponto de partida da análise, e o ano de 1992, quando é publicada uma coletânea de artigos compilados pelo historiador Saul Friedlander, a partir de uma conferência homônima, realizada dois anos antes na *University of California*, Los Angeles. Tanto a revista quanto a conferência, quando forem abordadas nos capítulos que compõem o trabalho, serão mais detalhadamente apresentadas.

A estrutura do trabalho é bastante simples. No primeiro capítulo, teremos a revista como fonte; nela, elaborarei uma seleção de nove artigos que tratam especificamente do problema da linguagem na História. De forma geral, os autores escolhidos levantam dois principais problemas para ocupar a reflexão do historiador: a crítica ao racionalismo científico e a delimitação do que poderia ser entendido como um conhecimento especificamente “histórico”. Por conseguinte, tento destrinchar os ensaios, as defesas neles contidas, as críticas por eles direcionadas (bem como os “alvos” delas), ou, em outras palavras, os caminhos argumentativos trilhados pelos autores. Cabe ressaltar que não se tratava de uma revista homogênea, e sim um espaço onde posições muitas vezes antagônicas coexistiam, de forma que a polêmica do giro linguístico na história pode ser percebida ali mesmo, sem necessariamente articulá-la com a produção que se desenvolvia em outros países, como a França.

Feitas as interpretações dos artigos, o capítulo seguinte extrapola a revista para elaborar uma análise da principal obra de Hayden White, *Meta-história* (1973). White possivelmente é, no campo historiográfico, o principal estudioso a incorporar os pressupostos do giro linguístico para a disciplina história, possuindo uma larga produção sobre o tema que compreende grande parte de sua

carreira acadêmica. Logo, tento sistematizar suas contribuições teóricas contidas na “Introdução” da obra, de forma a fornecer ao leitor uma espécie de “guia” sobre a concepção whiteana do conhecimento histórico. O restante da obra, onde White aplica sua metodologia apresentada na *Introdução*, ficou de fora da análise por uma questão de tempo. Na sequência, busco confrontar a Meta-história de White com algumas de suas principais críticas. Desta forma, finalizo o segundo e último capítulo deste trabalho.

Por fim, é feito um salto temporal para a década de noventa, quando acontece uma Conferência de historiadores para pensar o problema da representação e do conhecimento históricos tomando como exemplo prático o período nazista e a política de extermínio dos judeus conhecida como a “Solução Final”.

A conveniência de tomar este evento como objeto das considerações finais reside no fato de, a despeito de uma discussão eminentemente teórica contida nos dois capítulos anteriores, a Conferência tratar de um exemplo palpável, além de altamente polêmico, para problematizar os limites (ou ausência de limites) representativos para a escrita da história. Apesar de que o debate na Conferência possua ainda alguns pontos em comum com a discussão que acontecia três décadas atrás no meio acadêmico, percebemos que o debate já se encontrava em um estágio avançado, no qual se mudam alguns termos da conversa. Por conseguinte, não encontrará o leitor nas considerações finais uma “solução” absoluta para o problema da linguagem articulada ao conhecimento histórico. De fato, muitas divergências teóricas se apresentam duradouras, configurando um impasse intelectual entre pesquisadores que cismam em formular uma síntese para suas ideias. Com as considerações finais, enfim, tenho o intuito de elucidar o que perdeu centralidade nestes anos de debate, bem como o que permaneceu problemático e polêmico.

Bem, vejamos agora alguns apontamentos contextuais sobre o período anterior à década de 60, para que os ensaios da revista no capítulo seguinte fiquem mais claros. Sabemos que o “giro linguístico”, como sugere o nome, tem por interesse maior o problema da *linguagem*; todavia, aonde ou em quem podemos encontrar uma espécie de “origem” para esta discussão? De fato, não encontraremos uma, mas diversas origens. A partir de um interessante artigo do sociólogo Frank López, intitulado *El Giro Lingüístico de la Filosofía y la Historiografía¹ Contemporânea* (2011), o autor nos apresenta algumas tentativas de definição para o “giro”, além de comentar alguns dos pensadores “originários” para a questão.

Sendo assim, o autor afirma que Michel Foucault percebe a origem do giro linguístico em Friedrich Nietzsche, que teria proporcionado aos pensadores do século XX os subsídios para se pensar a *linguagem* como ponto de partida ao ato de filosofar. Por outro lado, François Lyotard faz a mesma atribuição a Ludwig Wittgenstein; enquanto os estruturalistas se referem ao linguista suíço Ferdinand de Saussure. Infelizmente, não foi possível para este trabalho uma leitura atenta das obras

¹ LÓPEZ, Frank. *El Giro Lingüístico de la Filosofía y la Historiografía Contemporânea*. (2011)

destes três grandes pensadores, portanto, não será feita uma análise da forma como Nietzsche, Wittgenstein ou Saussure problematizaram a linguagem como eixo central da filosofia; deixarei apenas algumas referências para o leitor².

Outro trabalho é o da historiadora Elizabeth Clark, em seu livro *History, Theory, Text: Historians and the Linguistic Turn*³ (2004). Sobre o desenvolvimento do giro linguístico nas décadas anteriores às publicações da revista, afirma a autora, deve-se considerar a proeminência da filosofia analítica, descrita enquanto uma subdisciplina da filosofia da linguagem, como dominante no cenário filosófico anglófono durante os anos 40 e 50. Sob a égide da ciência, a filosofia analítica buscava resolver (ou dissolver) problemas filosóficos através de uma “reforma”, ou “melhor entendimento”, do funcionamento da linguagem humana (CLARK, 2004:29).

Em contraposição a um uso da linguagem como instrumento entre nosso pensamento e o mundo real ao que buscamos representar, a filosofia analítica defendia a importância de se pensar a linguagem em seus próprios termos, como um campo regido por regras socialmente construídas, estas por sua vez anteriores à nossa própria existência enquanto indivíduos e determinante da própria noção de sentido e inteligibilidade que aplicamos à nossa análise das coisas do mundo. Estas proposições, é claro, deixam margem para diferentes apropriações, podendo gerar diferentes abordagens, como veremos ao longo da pesquisa.

Nas palavras de López, o giro linguístico pode ser entendido como “um fenômeno de recusa radical da razão como fundamento da metafísica”, logo, “é a mais radical redefinição da função significante da linguagem que havia caracterizado a filosofia ocidental desde os tempos socráticos⁴” (LÓPEZ, 2004:193). De forma geral, López e a maioria dos autores compartilham de um pressuposto comum sobre o giro linguístico, a saber, que a linguagem humana perde seu estatuto de *mediadora* entre o “mundo” e a “interpretação do mundo”. Mais: o próprio mundo *em si* parece estar fadado não existir caso não seja pronunciado, expresso em linguagem. Para lembrar a célebre colocação de Roland Barthes, “o fato tem tão somente uma existência linguística (BARTHES apud HARTOG, 2010:16). Tal proposição abala profundamente o conceito de “verdade”, na medida em que subtrai da linguagem o poder de descrição de um mundo que, supostamente, se apresentaria na sua essência. Quanto a isso, as palavras de Nietzsche são categóricas:

O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias,

² Para um estudo do problema da linguagem em Nietzsche, ver o ensaio de sua primeira fase intitulado *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral (1873)* e de sua fase madura em *A Gaia Ciência*, ambos em “Obras incompletas (Coleção “Os Pensadores”). São Paulo: Nova Cultural, 1991”. Quanto a Wittgenstein (referente a sua segunda fase), ver suas *Investigações Filosóficas* em “Obras Incompletas (Coleção “Os Pensadores”). São Paulo: Nova Cultural, 1999. Por último, a contribuição de Ferdinand de Saussure é melhor conhecida por seu *Curso de Linguística Geral*, lecionado entre 1907 e 1910 na Universidade de Genebra e, em 1916 (três anos após sua morte) organizado em um livro por seus alunos.

³ CLARCK, Elizabeth. *History, Theory, Text: historians and the linguistic turn*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

⁴ No original: “(...) el Giro Lingüístico de la Filosofía es un complejísimo fenómeno de recusación radical de la razón como fundamento de la metafísica, y em este sentido, es la más radical redefinición de la función significante del lenguaje que había caracterizado a la filosofía occidental desde los tiempos socráticos.”

antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parece a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efigie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (...) O pesquisador dessas verdades procura, no fundo, apenas a metamorfose do mundo em homem, luta por um entendimento do mundo como uma coisa à semelhança do homem e conquista, no melhor dos casos, o sentimento de uma assimilação. Semelhante ao astrólogo que observa as estrelas a serviço do homem e em função de sua sorte e sofrimento, assim um tal pesquisador observa o mundo inteiro como ligado ao homem, como a repercussão infinitamente refratada de um som primordial, do homem, como a imagem multiplicada de uma imagem primordial, do homem. Seu procedimento consiste em tomar o homem por medida de todas as coisas: no que, porém, parte do erro de acreditar que tem essas coisas imediatamente, como objetos puros diante de si. Esquece, pois, as metáforas intuitivas de origem, como metáforas, e as toma pelas coisas mesmas. (...) (NIETZSCHE, 1991:36)

A ideia de que as “coisas” não existem por si mesmas, causando uma verdadeira mescla entre os conceitos de *linguagem* e *existência*, é vista por muitos com grande desconfiança. Não só os fundamentos epistemológicos desta proposição necessitam de uma argumentação muito bem elaborada, como os problemas morais da tal associação são largamente questionados. Com esta breve introdução conceitual, chega a hora de vermos estes problemas sendo postos em pauta.

A década de sessenta é um período marcante para a produção intelectual relacionada ao giro linguístico. No contexto francês, são publicadas obras fundamentais para este debate: *De la grammatologie* e *L'écriture et la différence*, ambas em 1967 de Jacques Derrida; *As palavras e as coisas* (1966) e *Arqueologia do saber* (1969), de Michel Foucault; bem como *Le discours de l'histoire* (1967), por Roland Barthes, apenas para citar alguns dos trabalhos mais conhecidos. Interessa para este estudo, a despeito da larga produção francesa – que se desdobra em críticas e gera um fecundo debate –, o contexto norte-americano, tendo em vista não só o objeto de análise selecionado, mas algumas particularidades próprias à conjuntura acadêmica estadunidense, como a dispersão de diversos filósofos do Círculo de Viena⁵ para este país em função da Segunda Guerra Mundial, por exemplo.

Sendo assim, remetemos a década de sessenta para adentrar o debate na revista. Fundado no ano de 1960, o periódico começa a ser publicado na Wesleyan University, na cidade de Middletown (Connecticut) em parceria com a Wiley-Blackwell Publishing. A revista surge como expressão da emergência de severos debates e divergências entre pensadores que dialogavam com temas diversos, mas que, frequentemente, convergiam num interesse pelo epistemologia da história. Dividida em duas partes principais – uma contendo artigos autorais, outra reunindo resenhas do trabalho de terceiros –, a revista eventualmente trazia em seu conjunto uma sessão intitulada *Classics in the Philosophy of History*, na qual oferecia importantes trabalhos históricos e filosóficos de autores mais antigos, como James Fitzjames Stephen, Giovanni Gentile, Willhelm von Humboldt, entre outros.

Ainda que, antes de 1967, o termo *giro linguístico* ainda não fosse utilizado – tendo sido cunhado pela primeira vez por Gustav Bergman⁶ e publicado em coletânea organizada por Richard Rorty sob o título *The Linguistic Turn: Essays in Philosophical Method* (1967) –, na *History and Theory* são encontrados diversos artigos que antecipam críticas centrais para tal discussão, por exemplo, em relação à análise científica enquanto método para os estudos humanos e à dicotomia entre conhecimento científico, de um lado, e ficção literária, de outro. A crítica ao método científico, ou a uma possível equiparação entre o conhecimento histórico e aquele produzido pelas ciências naturais, aparece já na edição de lançamento da revista, sugerindo que este tema integra o cerne das motivações que impulsionaram a criação da *History and Theory*.

Em 1960, então, é lançada a primeiríssima publicação da revista, na qual o artigo inaugural, de Isaiah Berlin, problematizava justamente a relação entre o conhecimento histórico e as implicações de compreendê-lo como “científico” – nos termos como era entendida a “verdadeira

⁵ O Círculo de Viena foi um grupo de filósofos que se reuniu na Universidade de Viena, na primeira metade do século XX. Coordenado inicialmente por Moritz Schlick, o grupo se opunha a qualquer concepção metafísica na filosofia, defendendo o Positivismo Lógico, impulsionado pelo *Tractatus* de Wittgenstein. Este grupo é de grande importância para este trabalho, tendo em vista sua enorme influência na filosofia da ciência norte-americana.

⁶ Seu artigo contendo o termo é original do ano de 1964. O título contido na coletânea é *Logical Positivism, Language, and the Reconstruction of Metaphysics (in part)*.

ciência” da época. O título é simples e direto: *The Concept of Scientific History*⁷. De início, o autor lança algumas perguntas para abrir a reflexão: é a história uma ciência tal como a física, biologia ou matemática? Se não é, deveria vir a ser?

O autor apresenta, na sequência, algumas das concepções mais relevantes desde que historiadores começaram a refletir sobre o que define uma ciência e uma não-ciência. Alguns interpretavam a história num sentido cético, negando qualquer possível aproximação entre esta e aquilo que entendemos como ciência; outros, de maneira semelhante, declaravam ser a história uma arte tal e qual a literatura, incapaz de extrapolar o campo da subjetividade de quem a escreve. Mais confiantes, houve quem afirmasse que a história seria respeitada, tão logo pudesse ser comparada com a ciência natural; por fim, os que acreditavam *já ser* a história uma ciência tão exata quanto qualquer outra, apenas com fundamentos outros.

Para os defensores da história enquanto ciência pura, a atenção deveria voltar-se para as expressões da ação humana na busca por padrões de conduta generalizáveis, estabelecendo, assim, um sistema coerente de regularidades dedutíveis baseadas em um pequeno número de leis gerais; em outras palavras, uma ciência do comportamento humano. Deduzindo tais regularidades, estabelecendo as normas da ação, se acreditava que a história poderia ser, inclusive, prevista. Do ponto de vista do positivismo historiográfico de Henry Buckle, Berlin relata que os historiadores estavam “ainda” questionando e duvidando da cientificidade da história por causa de um “atraso” decorrente de uma suposta “inferioridade em poder mental” com relação aos matemáticos, físicos e afins. As ciências correspondentes a estes últimos haveria avançado rapidamente desde a renascença, atraindo desde lá as “mentes mais capazes” para seus desenvolvimentos:

Em outras palavras, se homens tão talentosos quanto Galileo ou Newton, ou mesmo Laplace ou Faraday, tivessem se devotado em lidar com a massa desordenada de verdade e falsidade que apareceu sob o nome de história, eles poderiam rapidamente tê-la ordenado e feito uma construção firme, limpa, e fértil ciência natural dela (BERLIN, 1960:4)⁸.

É claro que o autor não compartilha de tal visão. No entanto, afirma que estudiosos como Taine, Renan, Comte e, na maioria de seus escritos, Marx, acreditavam profundamente nesta visão. A partir destas considerações, o autor inicia seu questionamento sobre a união destes dois conceitos. Busco aqui sintetizar seu esquema, atentando, todavia, para uma questionável dicotomia adotada por Berlin como elemento retórico de sua argumentação.

A primeira diferença essencial entre história e ciência, para o autor, é que a primeira está preocupada com a particularidade dos acontecimentos, enquanto a segunda busca nas generalidades a base para o estabelecimento de leis e padrões.⁹ Com isso, o autor afirmava que, caso um

⁷ *History and Theory*, I, 1 (1960), pp. 1-31.

⁸ No original: “In other words, if men as gifted as Galileo or Newton, or even Laplace or Faraday, has devoted themselves to dealing with the disordered mass of truth and falsehood that went by the name of history, they could soon have set it to rights and made a firmly built, clear, and fertile natural science of it”.

⁹ Esta dicotomia, como veremos mais adiante com outros artigos, é bastante comum na argumentação de diversos autores, o que nos faz compreender a opção de Berlin menos como uma opção ingênua e mais como a expressão de um

acontecimento histórico qualquer viesse a contradizer uma “lei histórica” – como uma revolução que se desenvolve de maneira substancialmente diferente do “padrão” que se conhece como o desenvolvimento de uma revolução – esta lei não necessariamente deveria ser descartada, pois ainda válida para muitos casos. Com as ciências naturais, todavia, o procedimento era outro: o experimento e a verificação de um fato contraditório com as leis estabelecidas deve supôr uma completa reformulação destas leis, devido ao seu caráter altamente conexo e universalizante. (Ibidem, p. 9)

O incômodo de Berlin perante a busca por generalidades históricas é melhor expresso no seguinte trecho:

(...) o trabalho da ciência é o de concentrar nas similaridades, não diferenças, ser geral, omitir tudo o que não é relevante para responder as questões severamente delimitadas que são lhe são permitidas responder. Mas aqueles historiadores preocupados com um campo maior que as atividades especializadas dos homens, estão interessados precisamente no que diferencia uma coisa, pessoa, situação, era, padrão de experiência, individual ou coletivo, de outra. (Ibidem, p.18)¹⁰.

Uma segunda diferença, para mim mais relevante, é o trato exercido pelo historiador com o seu objeto, o passado. Diferentemente do matemático que, para elaborar um bom trabalho, deve, em suma, atender às leis gerais de sua ciência, o historiador possui um elemento qualitativamente diferente, denominado “intuição”.¹¹ Ao se relacionar com o *ocorrido*, o *ausente*, o historiador “tece” uma narrativa a partir dos relatos fragmentados deixados por ele, sendo que a coerência desta narrativa se dá num processo intuitivo. Aqui, cabe considerar que este processo não é meramente individual e subjetivo, como o autor poderia ter alertado. A coerência que damos à narrativa que criamos é sempre articulada com o futuro processo de *comunicação* e *veiculação* do trabalho realizado, que são processos eminentemente *coletivos*. A coerência coletivamente constatada desta narrativa, contudo, não necessariamente nos dá a capacidade de *provar* que a mesma tenha relatado o passado *ipsis litteris*. Quanto a esta colocação, as divergências são inúmeras, e o debate se estende até o nosso presente. Por ora, voltemos ao artigo.

Criticando a pretensa “exatidão” almejada pelos historiadores que, na época, evocavam o *status* de ciência, Berlin se atém à linguagem para demonstrar como esta pretensão funciona. Frases do tipo “e seguiu as inevitáveis consequências”; “tomou seu curso inevitável”; “isto foi um pequeno pensamento de época. Esta perspectiva vai tomando formas mais complexas, sendo o próprio advento da Micro-história uma reação, de certa maneira, a concepções de ciência que não mais encaixavam com o contexto político da época. Mais a frente, no período da virada da década de 70 para a seguinte, o “paradigma indiciário” de Ginzburg – bem como as colaborações de Giovanni Levi – trazia a atenção às particularidades para o campo da ciência. O embate, no entanto, não se encerraria por aí. Mudam os termos da conversa, e especial atenção é dada às noções de *veracidade* e *prova* em detrimento da dicotomia do *particular* com o *geral*.

¹⁰ No original: “(...) the business of a science is to concentrate on similarities, not differences, to be general, to omit everything that is not relevant to answering the severely delimited questions that it permits itself to ask. But those historians who are concerned with a field wider than the specialized activities of men, are interested precisely in that which differentiates one thing, person, situation, age, pattern of experience, individual or collective, from another.”

¹¹ Louis Mink, em artigo que será abordado mais adiante, se apega a este caráter intuitivo como elemento diferencial. O termo por ele utilizado, no entanto, é “empatia”.

passo até o”]; além de algumas conjunções conclusivas como o uso recorrente do “portanto”, “consequentemente”, etc; recheavam os trabalhos históricos, até então, com abundância. Para isto, Berlin usa como exemplo o auge da concepção positivista de história, condensada, a seu ver, no relato de Hippolyte Taine em *Histoire: son Présent et son Avenir*. Este compreenderia que, sobre a complexidade dos eventos passados, o historiador possui apenas fragmentos, no entanto, o crucial é o poder de tirar deles a totalidade do ocorrido, ou, nos termos de Taine, “reconstruir toda a rede” de acontecimentos, generalizar a partir das partes, elaborar a *total web* (Ibidem, p. 17).

A questão da linguagem acaba por ser o elemento crucial da exposição de Isaha Berlin. Chegando próximo a sua conclusão, o autor problematiza o uso dos *porquês* na escrita da história. Ilustro aqui o exemplo dado por ele: (1) dizer que o indivíduo X perdoou as ofensas recebidas pelo indivíduo Y *porque* tinha afeição pelo mesmo é uma proposição essencialmente diferente de (2) dizer que o indivíduo X se curou da pneumonia *porque* fez o uso da penicilina. O segundo caso é testado, comprovado, baseado em padrões sobre a ação do medicamento sobre o vírus, logo, passível de generalizações e afirmações verdadeiras. Por outro lado, o primeiro caso possui um grau muito menor de generalização e veracidade: ainda que seja comum e bastante razoável crer que as ofensas vindas da pessoa amada sejam perdoadas, não somos capazes de constatar que *toda* pessoa que ama *deverá* perdoar as ofensas da pessoa amada. Em uma frase, a ação humana é indeterminável, imprevisível, repleta de variáveis, um constante movimento, por mais que existam estruturas comuns de comportamento vigentes em nossa realidade presente que tornem uma ação *mais provável* que outra. Sendo assim, Berlin atesta que podemos fazer aproximações com o real do acontecido – o *porquê* de ter acontecido desta e não de outra maneira – mas nunca atingir a verdade última (Ibidem, p. 20).

Esta aproximação se dá a partir do que o autor chama de “conhecimento da vida” [*knowledge of life*] ou “senso de realidade” [*sense of reality*]. Com estes atributos o historiador elabora um nexos para sua prosa. Ainda assim, o nexos encontra-se no campo do “plausível” – não tão indeterminado quanto a subjetividade humana pura, e nem tão sólido quanto a certeza absoluta:

Este tipo de projeção imaginativa de nós mesmos dentro do passado, o esforço em capturar conceitos e categorias que podem apenas ser as nossas, é uma tarefa que nós jamais poderemos estar certos de que estamos começando a atingir, todavia não podemos abjurar. Nós procuramos aplicar testes científicos sobre as nossas conclusões, mas isso nos levará apenas a um curto caminho (...) Pois é um lugar-comum atualmente que as fronteiras entre fato e interpretação são borradas e movediças, e o que é fato por uma perspectiva, é interpretação por outra. (Ibidem, p. 26)¹².

Por fim, Berlin elabora a defesa de uma diferenciação conceitual entre o historiador e o cientista. Enquanto este pode ser entendido como um *observador externo*, aquele é necessariamente

¹² No original: “This kind of imaginative projection of ourselves into the past, the attempt to capture concepts and categories that cannot but be our own, is a task that we can never be sure that we are even beginning to achieve, yet are not permitted to abjure. We seek to apply scientific tests to our conclusions, but this will take us but a little way (...) For it is a commonplace by now that the frontiers between fact and interpretation are blurred and shifting, and what is fact from one perspective, is interpretation from another”.

um *ator*, tendo em vista que invariavelmente insere sua *estrutura geral da consciência*¹³ sobre seu objeto.

Na esteira da crítica ao método científico, problematizando a relação entre o conhecimento e as esferas do passado e do futuro, o filósofo e crítico de arte norte americano Arthur C. Danto tem um artigo publicado na revista, dois anos depois, sob o título de *Narrative Sentences*¹⁴. Ainda que formulado numa linguagem filosófica por vezes confusa, de inspiração lógica, repleto de símbolos e metáforas, o texto interpela explicitamente o historiador, numa discussão epistemológica sobre o alcance cognitivo da linguagem frente a complexa realidade *ocorrida* do passado, bem como o obscuro vislumbre do futuro. Tento aqui uma síntese de suas argumentações sob uma escrita bastante diferente da do autor, tendo como objetivo uma simplificação do artigo que me foi de leitura densa, portanto lenta.

Partindo de uma citação de Charles Peirce, a qual o autor retorna ao concluir, as definições de *passado* e *futuro* são postas em questão. Afirma Peirce: “(...) nossa ideia sobre o *passado* é precisamente a ideia de que este é absolutamente determinado, fixo, *fait accompli*, e morto, em contraposição ao futuro que é vívido, plástico e determinável (...)”¹⁵ (PEIRCE apud DANTO,1962:146). São estas as definições, portanto, que Danto se ocupará ao longo do trabalho como o grande cerne do problema. Criticá-las é seu objetivo, ao passo que constrói paulatinamente suas conceituações para contrapor Peirce.

A citação de Peirce estabelece uma diferença essencial entre passado e futuro. Ainda assim, outras perspectivas foram levantadas, sugerindo, como fizeram muitos filósofos da ciência, que o futuro é logicamente tão determinado quanto o passado, visão esta que voltaremos mais adiante em outro artigo. Somam-se ainda as noções de que o *futuro* é “determinado, fixo e morto” em contraposição a um *passado* “vívido e plástico”, e a de que ambos são inevitavelmente indeterminados. São quatro perspectivas certamente válidas para os grupos que as formularam; não obstante, requerem algumas ponderações para que elucidemos alguns problemas *lógicos* de suas implicações teóricas sobre a escrita da história.

Em primeiro lugar, Danto nega a ideia de que o passado seja determinado. Caso o fosse, bastaria construir sobre sua concretude uma descrição completa, perfeita, e todos os seus atributos seriam explicitados. Esta é a primeira suposição levantada pelo autor: pensemos na existência de uma descrição perfeita, ou “crônica ideal” [*Ideal Chronicle*], a qual expõe tudo o que acontece, enquanto acontece, da forma como acontece. Haveria então um relato definitivo sobre o evento por ela descrito, de forma que o mesmo evento já não seria mais objeto de dúvida ou questionamento,

¹³ O termo utilizado por Berlin vem do alemão: *Wirkungszusammenhang*, ou “the sense of the general structure of experience”.

¹⁴ *History and Theory* II, 2 (1962), pp. 146-179.

¹⁵ No original: “(...) our idea of the past is precisely the idea of that which is absolutely determinate, fixed, *fait accompli*, and dead, as against the future which is living, plastic, and determinable (...)”. *History and Theory* II, 2, p. 146.

tampouco sujeito a qualquer tipo de alteração – a descrição seria perfeita! Ainda assim, somos levados a pensar: que tipo de relação esta *crônica ideal* estabelece com o historiador? Como reagirão os historiadores do futuro diante de um passado repleto de eventos perfeitamente descritos, na sua versão *última*, isentos de qualquer possibilidade de alteração? No mínimo, crê Danto, a história acabaria, pois o trabalho do historiador é essencialmente o de produzir uma *sentença narrativa* [*Narrative Sentence*], que, por questões que veremos, é incompatível com a noção de imutabilidade do passado.

A definição do funcionamento de uma *sentença narrativa* é a peça chave para a crítica do autor sobre os conceitos de passado e futuro em voga naquele momento. De forma geral, Danto defende que não pode um evento qualquer de nosso passado ser descrito em sua totalidade, na medida em que a *relevância* ou o *significado* do evento se constituem apenas quando o mesmo é posto em relação com, pelo menos, um segundo evento futuro. A relação de causalidade entre um mínimo de dois eventos distintos no tempo é o que define, em suma, a sentença narrativa. Mas como pode um evento futuro, constituinte da descrição do evento, estar presente na nossa suposta “crônica ideal”, que registra *tudo*, enquanto acontece, da forma como acontece?

Não pode. A não ser, é claro, que demos poderes especiais a quem quer que realize a crônica ideal. O indivíduo – mais provavelmente, um robô do futuro ou ser mágico desconhecido – precisaria não só conhecer o futuro com precisão e detalhe, mas ainda ter ciência de *quais* eventos futuros serão especialmente relevantes para agregar sentido e importância àquele que está sendo descrito; mais, teria de prever o interesse peculiar dos futuros historiadores, pois serão eles a formular as desejadas relações entre o passado (nosso presente, também) e aquilo que ainda está por vir.

Desta maneira, somos levados a duvidar da constatação de Peirce sobre a fixidez do passado. Sobre o futuro, por outro lado, o cientista dos signos norte-americano alega sua plasticidade; que o futuro é indeterminado, todavia determinável. Certamente o astrônomo, estipulando o dia em que ocorrerá um eclipse, pensará que a determinação do futuro é bastante parecida com a determinação do passado. No entanto, quando a ação humana surge como centro da atenção, a previsibilidade apresenta dificuldades bastante próprias. Pensemos no exemplo dado pelo autor: “Newton, autor de *Principia Mathematica*, nasceu no natal de 1642, em Woollethorpe” (Ibidem, p. 160). A frase é, por excelência, uma sentença narrativa, pois liga dois eventos temporalmente distintos – o nascimento de Newton, e sua elaboração de *Principia Mathematica* – numa relação de causalidade. Claro, para que o livro tenha sido escrito, é preciso que o filósofo tenha nascido. A causa, naturalmente, precede seu efeito.

Por outro lado, a referência à obra de Newton na frase – que representa seus grandes feitos, sua contribuição e importância para a sociedade – preenche a leitura do nome do físico com

significados que não poderiam ser descritos na ocasião de seu nascimento. O nome, assim, já é lido com grandiosidade. Logo, num breve relato sobre o nascimento de Isaac Newton, um acontecimento futuro e imprevisível (a publicação, em 1687, de *Principia Mathematica*) se apresenta como a causa para a leitura do nome do cientista de forma diferenciada, ampliada em sua significação. Por este ângulo, se observa um efeito que, no decorrer do tempo, precede sua própria causa graças à sentença narrativa. Esta, por sua vez, só poderia ter sido escrita em algum momento a partir do ano de 1687, a não ser que fosse uma predição. Digamos que o fosse, e o documento previsional fosse encontrado antes da publicação da obra: não poderia Newton simplesmente trocar o nome a seu bel prazer, apenas para falsear o documento? Claro, o ato de escrever um livro é bastante distinto do fenômeno do eclipse – um ato é humano, o outro não.

A previsão de que “se pularmos da janela do décimo andar do apartamento, nosso corpo cairá sobre a calçada” é consistente e independe de nossa vontade, durante a queda fatídica, de voltar atrás (algo como: “Pare agora, corpo!”). Todavia, a previsão de que “pisaremos primeiro com o pé direito, depois com o esquerdo ao sairmos da inércia” é rapidamente refutada pelo nosso singelo desejo de iniciar a caminhada com o pé esquerdo. Supor a veracidade de qualquer previsão sobre a ação humana, exemplifica o autor, é como pensar em fazer silêncio e se deparar, assustadoramente, com a própria boca involuntariamente aberta emitindo um grito (Ibidem, p.178). Tais coisas podem acontecer em pesadelos, mas não em História.

De forma geral, o artigo de Arthur Danto é uma crítica à possibilidade de descrição completa do passado (com a metáfora da *Ideal Chronicle*) e a pretensão de prevêr o futuro da ação humana. Estes esforços não são o do historiador, que em contrapartida está invariavelmente atrelado a formulação de *sentenças narrativas*. Ao elaborar seu trabalho, o historiador coloca em relação eventos distintos no tempo para que ambos possuam importância (um evento isolado no tempo, por si só, possui tanta relevância quanto qualquer outro, ou seja, nenhuma), descrevendo um ponto de partida e formulando uma relação de causalidade, visando estruturar um *sentido* para seu relato. Como diria Koselleck: “A unidade de sentido que faz dos diferentes acontecimentos em evento é composta de um mínimo de 'antes' e 'depois'. As circunstâncias ao longo das quais se dá um evento (...) podem ser estendidas; sua consistência permanece, entretanto, presa à sucessão temporal” (KOSELLECK, 2012:134)¹⁶.

Um ano depois, o filósofo Walter B. Gallie tem um artigo de fôlego publicado, o mais extenso dentre os trabalhos aqui selecionados. Intitulado *The Historical Understanding*¹⁷ (1963), o trabalho possui como ponto de partida uma reivindicação – inspirada em trabalhos de Weber, Dilthey e Collingwood – de que a história requer um tipo de conhecimento bastante diferente do das ciências naturais. Entretanto, mesmo sendo esta sua defesa, Gallie crê que as primeiras formulações

¹⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

¹⁷ *History and Theory*, III, 2 (1963), pp. 149-202.

em prol desta visão não foram boas o suficiente.

Quanto a este problema, uma objeção deve ser feita. Com frequência, argumenta o autor, se tem confundido dois problemas: (1) os delineamentos e análise do conhecimento histórico, seus problemas epistemológicos; (2) o processo de comprovação das teses históricas, o teste aplicado, como um viés é superado por outro, ou seja, seus problemas científicos. Gallie adianta que seu estudo se concentrará no primeiro problema.

A grande questão aqui é a *narrativa* histórica. Para o autor, a *narrativa* é um conceito que obrigatoriamente bagunça todo o arcabouço conceitual da história, sua terminologia utilizada, bem como as características gerais de uma tradição filosófica consolidada e confortável. Os conceitos desta tradição não mais satisfazem nem convencem em suas explicações sobre a prática historiográfica – a história que se baseia nessa tradição teórica não precisa justificar sua prática, por razões do próprio status, e por isso continua sendo praticada ao passo que repele todo o debate sobre a narratividade histórica, lamenta o autor (GALLIE, 1963:150).

Em suma, o autor elabora uma explicação sobre o que se entende por uma estória [*story*], operando sua argumentação com diversos exemplos, para então afirmar que uma análise clara sobre o que constitui uma estória é particularmente importante para que se compreenda a peculiaridade do conhecimento histórico. Sendo assim, compreende-se que todo trabalho histórico envolve julgamento, hipóteses, razão e explicação; não obstante, “todo trabalho genuíno de história demonstra duas características que suportam fortemente a reivindicação de que a história é uma *espécie* ou *aplicação especial* do gênero *estória*.”¹⁸ (Ibidem, p. 169).

A avaliação do autor sobre a estória, *grosso modo*, afirma que a mesma se constitui em uma sequência de ações e/ou experiências humanas, reais ou imaginárias, na qual é imprescindível o processo de “seguir a estória” [*follow a story*]. “Seguir” uma estória significa não só assimilar o enredo e as palavras, mas compreender a sequência das ações, pensamentos, sentimentos dos sujeitos envolvidos. Eventualmente, a sequência das ações pode se apresentar de forma confusa, obstruindo a fluidez da leitura: é quando paramos de “seguir”, momento este em que se faz necessária a intromissão do escritor, que *explica* o que está acontecendo e faz nossa leitura continuar. A habilidade narrativa do escritor é inversamente proporcional a quantidade de vezes em que o mesmo terá de se “intrometer” para explicar (Ibidem, p. 150).

Outro tipo de narrativa, diferente da estória, é aquele que prioriza menos o *caminho* a ser seguido que, propriamente, o ponto de chegada da abordagem. À narrativa científica, que gira em torno de conceitos como *teste*, *previsão* e *comprovação*, importa muito mais as conclusões extraídas. É bastante diferente a forma como interagimos com estas distintas narrativas: em relação

¹⁸ No original: “Granted that every genuine work of history is also a work of reason, of judgement, of hypothesis, of explanation; nevertheless, every genuine work of history displays two features which strongly support the claim that history is a species or special application of the genus Story.”

ao trabalho de determinado cientista sobre um vírus qualquer, queremos logo saber quais foram suas conclusões – quais as consequências da contração de tal vírus, como combatê-lo, etc; por outro lado, quando nos interessamos pela leitura de um romance, ficamos intrigados e às vezes até tornamos a leitura mais lenta para aproveitá-la por mais tempo; caso alguém nos conte o final antes da hora, ficaremos irritados e provavelmente abandonaremos a leitura, afinal, a intriga acabou. A relação entre o *caminho* e o *resultado* separa, na nossa experiência, as duas formas narrativas abordadas.

E a história, pra que narratividade pende? Gallie argumenta que para a segunda, ainda que a peculiaridade da história esteja na capacidade de sintetizar estes dois estilos de narração, gerando uma escrita particular sobre o mundo. De forma geral, o autor defende que em toda história reside uma estória, não sendo provável ou mesmo possível que possamos abrir mão de abordar o *caminho* de nossa pesquisa em prol de nossas conclusões. Um trabalho histórico precisa, necessariamente, ser “seguido”. Por outro lado, as evidências históricas estipulam uma base comum de dados factícios aos quais não podemos ignorar. A prioridade não é a construção narrativa do nosso discurso, por mais que esta seja altamente importante; é necessário que estejamos sempre coerentes com a realidade (fragmentada) que dá suas aparições nos vestígios de que nos servimos.

A relação entre o discurso que produzimos e esta *realidade* a qual o mesmo pretende se referir é outro problema levantado por Gallie. Trata-se de uma discussão bastante antiga, que, à despeito da idade, não parece levar a um consenso. Para fins didáticos, o autor aborda esta questão a partir de dois “tipos ideiais”, adotando o dualismo entre *Nominalismo* e *Realismo*. Enquanto uma visão extremada da primeira vertente nega qualquer possibilidade de generalização na linguagem, alegando que esta pode apenas se referir a ações individuais e situações sempre específicas e particulares; a segunda, na sua versão radicalmente oposta, visualiza a possibilidade de uma linguagem que transpareça a facticidade do mundo através de conceitos generalizantes, extraídos da experiência humana no mundo acumulada ao longo de sua existência.

De acordo com o autor, a crítica ao nominalismo é importante, tendo em vista a necessidade de usarmos, vez por outra, expressões de caráter geral tais como “a política do governo”, “a condição da classe trabalhadora”, “o crescimento da oposição”, etc. Tais expressões não possuem um referencial fixo na realidade, ainda assim, dizem respeito a algo. Sem algumas generalizações, precarizamos nossa inteligibilidade, obstruímos a estrada que deveria ser “seguida” num fluxo contínuo. Todavia, a perspectiva realista estaria inserida numa posição perigosa, correndo o risco de tornar a história um tanto quanto abstrata quando dada ao vício de abarcar toda ação humana como um modelo perfeitamente cabível em alguma expressão generalizante de nosso arcabouço conceitual. Assim, estaríamos fadados a perpetuar nossos conceitos, cegos para a peculiaridade de um ou outro evento histórico e para a forma como aquela acarretaria uma renovação em nossa

forma de compreendê-lo. Claro, Gallie não nos propõe estes tipos ideais, facilmente rebatíveis, como duas opções que findam nossas possibilidades de escolha teórica: “A questão que se coloca diante de nós não é a de decidir entre as teses Nominalista e Realista, mas sim acessar os relativos valores de suas críticas mútuas, e, se possível, combinar o que cada uma possui de valioso.”¹⁹ (Ibidem, p. 180).

Por fim, no esforço de elucidar sobre sua proposta sobre o funcionamento do entendimento histórico, o autor aborda o problema da *contingência*. Em suma, afirma que a ação humana é sempre contingente. No entanto, toda vez que damos inteligibilidade a uma sequência de ações, e estipulamos uma causalidade entre elas, estamos eliminando o fator contingente de nosso discurso. O “contingente” e a “explicação” são, para o autor, elementos que se excluem; o segundo finda o primeiro no momento em que o elege à categoria de “necessário” para que a ação subsequente contida na narrativa seja concretizada. Considerando esta relação, Gallie arrisca sua definição:

O entendimento histórico é um exercício da capacidade de seguir uma estória, quanto a estória é conhecida por ser baseada em evidências e é colocado um sincero esforço de aproximação com a história até onde a evidência e o conhecimento geral do escritor permitir. E seguir uma narrativa histórica sempre requer a aceitação, de tempo em tempo, de explicações que têm como efeito permitir alguém a seguir adiante quanto outro ficou preso, ou seguir mais perceptivelmente e confiantemente quando a visão do outro se tornou embaçada ou sua credulidade foi taxada além da paciência.²⁰ (Ibidem, p. 193).

Sendo assim, o autor apresenta uma definição da “explicação histórica” que é essencialmente narrativa. “Qualquer item numa narrativa histórica pode precisar de uma explicação – para garantir que o progresso da narrativa não seja bloqueado ou não escape ao leitor. (...) Mas em narrativas as explicações são inseridas simplesmente em ordem a possibilitar o escritor em seguir com seu interesse primário e essencial – o desdobramento de um todo “seguível”, inteligível, porém nunca previsível.”²¹ (Ibidem, p. 196).

A esta exposição sobre a particularidade do conhecimento histórico e sua função dentro do tipo específico de narrativa a que o historiador está comprometido é, de forma geral, o assunto da maioria dos artigos apresentados neste trabalho. Passo agora para outra contribuição ao tema controverso. Em resposta a uma suposta “falta de comunicação” entre filósofos e historiadores – incomunicabilidade mútua que impedia filósofos de reconhecerem o desenvolvimento da historiografia no pós-guerra, ao passo que historiadores repetiam o problema – o filósofo Louis O.

¹⁹ No original: “The question now before us is not to decide between the Nominalist and the Realist theses, but to assess the relative values of their mutual criticisms and counters and retorts, and, if possible, to combine whatever is of value in them.”

²⁰ No original: “Historical understanding is the exercise of the capacity to follow a story, where the story is known to be based on evidence and is put forward as a sincere effort to get as *the* story so far as the evidence and the writer's general knowledge and intelligence allow. And to follow a historical narrative always requires the acceptance, from time to time, of explanations which have the effect of enabling one to follow further when one has got stuck, or to follow more perceptively and confidently when one's vision was becoming blurred or one's credulity taxed beyond patience.”

²¹ No original: “Any item in a historical narrative may need explanation – to ensure that the progresso of the narrative is not blocked or will not escape the normally intelligent reader. (...) But in narratives explanations are inserted simply in order to enable the writer to get on with his primary and essential business – the unfolding of a followable, intelligible, though never predictable whole.”

Mink publica um artigo, em 1966, com o título *The autonomy of historical understanding*²², no qual busca delimitar alguns conceitos que caracterizam particularmente a produção de conhecimento histórico, defendendo a autonomia da história frente a metodologia hipotético-dedutiva proveniente das ciências naturais. De acordo com Temístocles Cézar, trata-se de um importante artigo, inserido na emergência das teses narrativistas sobre a história, que giravam em torno do debate sobre a filosofia analítica enquanto método para as humanidades (CÉZAR, 2015:442).

Quanto à ausência de comunicação de que fala Mink, o autor não pretende afirmar que os estudos filosóficos não são apropriados por historiadores, ou vice-versa. Trata-se de uma diferença entre os *objetivos* de ambos, gerando interesses que caminham para direções distintas. Seguindo a argumentação do autor, os filósofos estavam interessados na “teoria da lógica”, e o interesse destes acerca das conclusões históricas não se dava pelo fato de serem *históricas*, mas por serem *conclusões*; por outro lado, os historiadores empenhavam-se em discutir se a história era uma única disciplina ou um agrupamento de várias, e portanto não estariam interessados no debate sobre a *lógica do argumento*, mas no *diferencial* do argumento histórico (MINK, 1966:25).

Este diferencial é o grande propósito do artigo de Mink. A busca por generalizações e padrões históricos passíveis de serem aplicados universalmente – as “*covering laws*”, herdeiras da filosofia de Carl Gustav Hempel – são descritas como insuficientes para a complexa análise histórica. Na elaboração da crítica, Mink cita um trabalho contemporâneo que defende esta história científica realista²³: “Explanation, Predicion and 'Imperfect Knowledge'”, de May Brodbeck²⁴. Para Brodbeck, “a crítica à explicação dedutiva não é apenas logicamente defeituosa, mas obscurantista, pois é em efeito um ataque ao 'estudo científico do homem e da sociedade', que almeja descobrir 'relações quantificadas entre variáveis relevantes’”. Brodbeck sustenta que não existe uma “explicação histórica”; o que existe, de fato, é apenas uma explicação científica dos eventos históricos, e a defesa da particularidade do modo de explicação histórico resulta, se não é motivado por, numa rejeição a qualquer “ciência do homem”. (BRODBECK apud MINK, 1966: 26)

De acordo com Mink, a essência da doutrina filosófica dominante na época se cristaliza na afirmação de que a história não é *ainda* uma ciência, mas pode vir a se tornar na medida em que adotar os critérios e métodos científicos. Tal definição, para os que a endossam, representa a compreensão de história enquanto uma *protociência*²⁵, conceito utilizado pelo autor ao longo de

²² *History and Theory*, V, 1 (1966), pp. 24-47.

²³ Sobre o “realismo científico”, Mink utiliza duas outras denominações ao longo de seu artigo: (1) o método “hipotético-dedutivo”, oriundo dos estudos de Karl Popper e que visa a formulação de uma hipótese e a subsequente eliminação de todos os possíveis “erros” delas a partir de “testes de falseabilidade”; e (2) o método “dedutivo-nomológico”, ou “Modelo D-N”, proposto por Carl Hempel. Neste modelo, supõe-se que nossas explicações são verdadeiras quando sujeitas à deduções que atendem às regras (*nomos*) da lógica.

²⁴ Filósofa da ciência norte-americana. Obteve seu doutorado em filosofia da ciência orientada por Gustav Bergmann, filósofo austríaco membro do círculo de Viena, que se mudou para os EUA durante a Segunda Guerra. Este artigo de Brodbeck foi lido pela primeira vez no ano de 1960 na ocasião do “Internacional Congress for Logic, Methodology, and Philosophy of Science”, na Stanford University.

²⁵ *Proto* é um prefixo do inglês que dá a ideia de “primeiro”, “anterior”, “primitivo”. O conhecimento que se pretende. *Proto* científico é aquele que se situa num espaço “anterior” à ciência, mas que ambiciona tal *status*.

todo seu artigo. Supondo uma bipolaridade entre as concepções de história, Mink propõe a análise de algumas sentenças próprias ao ofício do historiador, no intuito de explicitar os antagonismos entre a “visão protocientífica da história” e aquela que defende a singularidade do conhecimento histórico enquanto campo autônomo.

De forma a resumir as sentenças levantadas por Mink, exponho aqui suas principais reflexões. O autor defende que a explicação do passado difere *logicamente* da possibilidade de predição do futuro, tendo em vista não só a indeterminação das ações futuras do ser humano, mas a necessidade do historiador em distanciar-se temporalmente de seu objeto de análise devido à importância de perceber um evento histórico em sua completude – nas palavras do autor, o “*seeing-things-together*”. Quanto a esta sentença, a visão protocientífica da história afirma existir apenas uma lógica de conhecimento, válida para a *explicação* da exata forma como o é para a previsão. Para exemplificar, Mink recorre com frequência a analogias com as ciências naturais: “Ninguém argumentaria a favor de que podemos prever eclipses mas não podemos realmente 'explicá-los' ao menos depois de terem ocorrido. Porque deveria a explicação histórica ser diferente?”²⁶ (MINK, 1966:31).

Na sequência, Mink endossa que os historiadores, frequentemente, consideram útil “recriar” em suas imaginações os eventos históricos aos quais se debruçam. Tal prática é descrita como *insight*, ou “empatia”. Admitindo o uso da empatia como prática historiográfica comum, ao passo que a defende enquanto uma das maiores singularidades do historiador, Mink critica a forma como a mesma é caracterizada pela visão protocientífica: uma conduta pretensiosa, que deduz conclusões isentas de qualquer método, entregue à subjetividade do sujeito. A rejeição do *insight* como característica da análise historiográfica se dá pela suposta ausência de uma lei capaz de regê-los em sua totalidade.

Este apego à veracidade do método e da lei universais leva a outra crítica, a saber, de que cientistas sociais e historiadores “protocientistas” não mais sentem a necessidade de averiguar o desenvolvimento narrativo de um estudo, suas argumentações parte a parte, desde que atenda *a priori* à verdadeira lei.

Outra sentença afirma que os historiadores geralmente concordam que existem semelhanças entre eventos complexos (como revoluções), mas insistem que nenhum deles é idêntico a outro; e frequentemente adicionam que seu objetivo maior é entender o evento como “único” mais do que “típico” (MINK, 1966:41). Ainda assim, para a visão protocientífica da história, esta constatação não é suficiente para concluir que o diferencial da análise histórica, tendo em vista (novamente, a comparação com as ciências da natureza) que “duas estrelas nunca são idênticas uma à outra” (Ibidem p. 41). A semelhança real é aquela que pode ser notada de forma imediata e analisando o

²⁶ No original: “No one would argue that we can predict eclipses but that cannot really 'explain' them until after they have occurred. Why should historical explanation be different?”.

todo, sem que um aparato analítico descritivo seja necessário, argumenta Mink:

Quando alguém observa que duas pessoas são 'parecidas', o mesmo não simplesmente compara uma série de detalhes fisionômicos e depois infere uma similaridade, o reconhecimento da semelhança é imediato e total. (...) Alguém jamais poderia prever através de um número de medidas físicas quando as pessoas que ele descreve se assemelham se o mesmo não for previamente capaz de reconhecer semelhanças sem tais ferramentas analíticas.²⁷ (Ibidem, p. 41).

Assim, chegamos a conclusão primordial deste artigo. Mink não rejeita a possibilidade de se fazer uma análise particular de determinado evento, ou meramente que o *todo* seja mais importante que as *partes*. Todavia, defende-se que, enquanto característica própria da compreensão histórica, (e diferente das ciências), as semelhanças entre eventos não podem ser constatadas a partir de similaridades nas *partes*, mas apenas numa análise do *conjunto total* do evento em questão. Trata-se da visão *sinóptica*²⁸, típica do historiador e que não pode ser substituída por nenhuma técnica analítica (Ibidem, p. 42). A “autonomia da compreensão histórica”, como afirma o título do artigo, se apresenta na capacidade que possui o historiador em realizar uma sinopse de seus estudos, algo semelhante com o que o filósofo britânico William Walsh pretendia com o termo *coligação* [*colligation*]:

A descrição de explicação como “coligativa” aponta para (...) a insistência de que a perspectiva histórica parece ser algo mais do que uma mera recomendação de uma atitude de objetividade ou de uma desculpa para evitar a formulação de previsões. É ao menos em parte a afirmação de que a compreensão histórica de um evento precisa saber das suas *consequências* tanto quanto seus *antecedentes*; que o historiador deve olhar *antes e depois*; que de alguma forma nós podemos entender um evento particular localizando-o corretamente numa sequência narrativa tão bem quanto classificando-o como uma instância de uma lei.²⁹ (Ibidem, p. 33).

No volume imediatamente seguinte da *History and Theory*, ainda em 1966, Hayden White publica “*The Burden of History*”³⁰, uma publicação de grande importância para o tema deste trabalho, na medida em que esboça algumas de suas considerações teóricas que só aparecem consolidadas na publicação de *Metahistory* (1973). Seguindo um viés diferente do de Louis Mink, mas não contrário, White re-afirma a uma crítica à pretensão do discurso histórico. Alguns pontos em comum com estes dois autores são bem visíveis. Pretendo explicitar alguns destes encontros ao

²⁷ No original: “When one observes that two people 'look alike', one does not ordinarily compare a series of physiognomic details and then infer a similarity; the recognition of resemblance is immediate and total. (...) One could never predict by looking at sets of physical measurements whether the person they describe resemble each other if one were not antecedently capable of recognizing resemblance without such analytical tools.”

²⁸ Sinóptico é um adjetivo referente a *sinopse*, que permite ver a um só tempo as diversas partes que compõe o *todo*.

²⁹ No original: “(...) the description of explanations as “colligative” does point to something else; it expresses what historians seem to mean by “perspective,” and the insistence on historical perspective seems to me more than a mere recommendation of the attitude of objectivity or an excuse to avoid making predictions. It is at least in part a claim that for the historical understanding of an event one must know its consequences as well as its antecedents; that the historian must look before and after (and not pine for what is not); that in some sense we may understand a particular event by locating it correctly in a narrative sequence as well as by classifying it as an instance of a law.”

³⁰ *History and Theory*, V, 2 (1966), pp. 111-134. No específico caso de Hayden White, ao invés das publicações originais da revista, optei pelas traduções publicadas pela na coletânea “Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura”, primeira vez em 1994. O volume original desta coletânea, entretanto, é de 1978, doze anos após a publicação de “O Fardo da História” na revista. A edição utilizada por mim é a segunda, de 2001, na sua primeira reimpressão de 2014.

passo que sintetizo a proposta de White sobre sua concepção de história presente neste artigo.

De forma geral, Hayden White rejeita a possibilidade de, em seu tempo, pensar a arte e a ciência como instâncias isoladas e antagônicas do pensamento humano. Uma compreensão equivocada destas áreas do conhecimento e da expressão fizeram com que muitos historiadores percorressem caminhos errôneos, acumulando um crescente desgosto tanto pelos artistas quando pelos cientistas, gerando um enorme *fardo* carregado pela disciplina histórica.

Seguindo a argumentação do autor, diferente da de Mink, a incomunicabilidade que gera uma cegueira diante dos desenvolvimentos contemporâneos do conhecimento de determinado tipo era menos uma falha mútua entre historiadores e filósofos que, propriamente, um problema próprio da história em relação à ciência e à arte. Basicamente, a historiografia parece não ter se mantido atenta aos desenvolvimentos *modernos* da arte e da ciência e se apegado às versões *pré-modernas* destas. Sendo assim, o problema da historiografia daquele tempo parecia ser de que “muitos historiadores se vincularam a certas concepções do começo do século XIX a respeito do que *devem ser* a arte, a ciência e a filosofia” (WHITE, 2014:55).

Além desta caracterização falha elaborada pelos historiadores, o autor comenta a relação complicada estabelecida entre ambos, que por sua vez gerou ainda mais descontentamento e hostilidade à história. Refiro-me à “tática fabiana”, descrita logo no início do artigo como um artifício utilizado pelos historiadores para se esquivar tanto da crítica literária quanto da crítica positivista, no momento em que a aqueles afirmavam ocupar um lugar intermediário entre arte e ciência e portanto não aceitavam o julgamento de nenhuma das duas; ou seja, uma falta de autocrítica e aceitação da crítica alheia fantasiada de “condição de autonomia”. Este papel de mediação entre a arte e a ciência, de acordo com White, desaparece com a “descoberta do caráter construtivista³¹ habitual das afirmações artísticas e científicas” (Ibidem p. 40).

Em primeiro lugar, as artes. Sobre esta questão, o caso exemplar do repúdio à história é o expresso pelo pensamento de Nietzsche, citado inúmeras vezes ao longo do trabalho. Afirma White que o filósofo alemão “odiava a história ainda mais do que à religião” (Ibidem p. 44), e tal postura não era, na época, injustificada. Para Nietzsche, o problema central da escolha historiográfica por tendências ultrapassadas era o seu caráter essencialmente conservador, especialmente em termos morais, configurando uma barreira entre a livre expressão do instinto humano que supostamente transcendeu o âmbito da moralidade estabelecida por determinada sociedade, como gostaria o filósofo. A repressão da “personalidade individual” parece ser a grande acusação à história começada por Nietzsche e, de acordo com White, continuada em essência por diversos escritores:

³¹ Por “caráter construtivista”, White se refere ao problema de que, ao descrever um evento histórico, o historiador nunca o descreve inteiramente, ao passo que nunca descreve *só* ele. A incompletude de nossas descrições histórica se deve ao fato de que a “realidade” que nos chega é fragmentada, necessitando que façamos uma construção – uma *poética* – sobre ela. Ademais, somos sempre levados a descrever *outras coisas* que não simplesmente aquilo que nos dispomos a descrever, devido a um *desvio* discursivo que invariavelmente tomamos – me refiro ao elemento *tropístico* da narrativa histórica. Ambas ideias serão discutidas com mais detalhes no capítulo seguinte.

Gide, Ibsen, Malraux, Aldous Huxley, Hermann Broch, Wyndham Lewis, Thomas Mann, Jean-Paul Sartre, Camus, Pirandello, Kingsley Amis, Angus Wilson, Elias Canetti, Edward Albee, Virginia Woolf, Proust, Robert Musil, Italo Svevo, Gottfried Benn, Ernst Jünger, Valéry, Yeats, Kafka e D. H. Lawrence, sendo que todos estes “refletem a voga convicção expressa pelo Stephen Dedalus de *Joyce*, segundo a qual a história é o 'pesadelo' do qual o homem ocidental precisa despertar se quiser servir e salvar a humanidade.” (Ibidem, p. 43).

Sendo assim, o repúdio dos literatos em relação à consciência histórica indicava uma vontade de negação desta, ignorando sua utilidade – alguns, como Jacob Burckhardt, com alguma vontade de perdão, proclamavam a necessidade de transformar a história em arte.

Como pode ser visto no desenrolar da argumentação de White, o investimento dos cientistas sociais foi menos ácido, na medida em que os últimos visavam a incorporação entre história e ciência no que chamavam de “ciências do espírito”, condensadas em Dilthey, Max Weber e Durkheim. Por outro lado, filósofos como Benedetto Croce defendiam abertamente a incorporação da história pela arte, assunto que voltaremos em outro artigo de White, mais à frente.

Em relação a estes empreendimentos em reformar a história, tanto por artistas como por cientistas sociais, o autor defende que é a própria história a responsável pela sua restauração: o primeiro passo, naturalmente, é o reconhecimento do erro:

E segue-se que o *fardo do historiador* em nossa época é restabelecer a dignidade dos estudos históricos numa base que os coloque em harmonia com os objetivos e propósitos da comunidade intelectual como um todo, ou seja, transforme os estudos históricos de modo a permitir que o historiador participe positivamente da tarefa de libertar o presente do *fardo da história* (Ibidem p.53).

No entanto, como se libertar deste fardo? Como despachar este peso, produzido e carregado pela própria história? Antes de sua conclusão última, o autor elabora algumas considerações importantes. Em primeiro lugar, assume que o indivíduo moderno, em sua atualidade de meados da década de sessenta, possui razões mais que suficientes para constatar a singularidade de seu mundo, seus questionamentos e perspectivas; e mais, acredita que a produção historiográfica, de forma geral, tal como constituída neste período, tem pouco a oferecer na compreensão daqueles questionamentos e da condição ímpar de sua existência mundana (Ibidem p. 53).

White critica arduamente a ideia de um estudo do passado como um *fin em si mesmo*, alegando a necessidade de se compreender a particularidade da sociedade moderna, evitando assim a abordagem isolada e apartada dos principais problemas do presente, descrita como uma *necrofilia cultural*. Conseqüentemente, endossa a emergência da história em absorver a *modernidade* – artística, científica – e repensar completamente seus fundamentos, sua função (Ibidem p. 53).

O diálogo de White com o problema da linguagem, particularmente interessante para este trabalho, aparece de maneira mais explícita em suas considerações finais, quando afirma sua

concepção de história:

Já se afigura possível admitir que uma explicação não precisa ser atribuída unilateralmente à categoria do literariamente verídico, de um lado, ou do puramente imaginário, de outro, mas pode ser julgada exclusivamente em função da riqueza das metáforas que regem a sua sequência de articulações. (...) Assim encarada, a metáfora que rege um relato histórico poderia ser tratada como uma *norma heurística que elimina autoconscientemente certos tipos de dados tidos como evidência*. Assim, o historiador [poderia ser] alguém que busca explorar certa perspectiva sobre o mundo que não pretende exaurir a descrição ou a análise de todos os dados contidos na totalidade do campo dos fenômenos, mas se oferece como *um meio entre muitos* de revelar certos aspectos desse campo. (Ibidem p. 59).

Estes apontamentos sobre a história parecem levar a um relativismo, partindo da ideia de que não há hierarquia entre os modos de representação do mundo, considerando que cada um deles exprime a seu modo e *com a mesma validade* traços peculiares do fenômeno que aspiram compreender. White entende a postura acima descrita como um ato de reconhecimento sobre o fato de que o trabalho do historiador consiste em aderir a certas opções de estilo – formas de escrita, preferências estéticas, aptidão por determinados temas – ou seja, escolhemos por um tipo de discurso que, necessariamente, elimina outros discursos possíveis³², e a possibilidade de um discurso totalizante, capaz de contemplar as “opções de estilo” como um todo, inexistente (Ibidem p. 59).

A validade de um relato, para White – seja histórico, artístico, científico, etc – pode ser julgada exclusivamente quando este é analisado com base nos critérios específicos de sua própria produção. A “opção de estilo” acarreta valores e regras a serem seguidas, sendo que o relato é válido na medida em que demonstra consistência quanto ao cumprimento de tais regras, independentemente do conteúdo. Por esta perspectiva, não parece muito clara a forma como se escapa ao relativismo.

Desta maneira, o historiador é levado a abandonar a tentativa de retratar “uma parcela particular da vida, do ângulo correto e na perspectiva verdadeira”, como queria o positivismo, admitindo não a existência de uma visão única correta, mas de muitas visões corretas, cada uma requerendo o seu próprio estilo de representação, ou “sistema de notação”, e podendo ser julgada apenas por alguém que compartilha do “sistema de notação” utilizado (Ibidem p. 59).

Sobre a função do historiador, e o que se espera dele, White afirma:

Deveríamos exigir apenas que o historiador demonstrasse algum tato no uso das suas metáforas regentes: que não as sobrecarregasse com dados nem deixasse de utilizá-las ao máximo; que respeitasse a lógica implícita no modo do discurso pelo qual optou; e que, quando a sua metáfora começasse a se mostrar incapaz de conciliar certos tipos de dados, ele abandonasse essa metáfora e procurasse outra, mais rica e mais abrangente do que aquela com que começou – da mesma forma que um cientista descarta uma hipótese tão logo se esgota a sua utilização (Ibidem p. 61).

Sendo assim, White endossa considerações sobre o ofício da história que remontam ao

³² Nesta colocação, é possível uma clara relação com a filosofia de Michel Foucault. 1966 é também o ano em que se publicada *As Palavras e as Coisas*, quatro anos antes de sua aula inaugural no Collège de France intitulada *A Ordem do Discurso*.

período do início do século XIX – Hegel, Balzac e Tocqueville – entendendo que a função da história, para estes, “era fornecer uma dimensão temporal inerente à consciência que o homem tem de si mesmo.” (Ibidem p. 62). Com esta definição, o autor se encaminha para o final do artigo defendendo um compromisso ético por parte do historiador em relação ao seu presente, ao mundo atual em que vive. Na sequência, o autor critica o estudo do passado como um fim em si mesmo e ressalta a importância de utilizá-lo como ferramenta de “transição eticamente responsável do presente para o futuro” (Ibidem p. 62). O historiador deve perceber que possui grande responsabilidade no presente em que vive, reconhecer o *dinamismo* de sua atualidade e de suas ações como determinantes de um futuro que influenciam e constroem, e não simplesmente se deparam como que pegos de surpresa.

Insatisfeito com tais colocações, eis que se manifesta outro filósofo estadunidense. No sexto volume do ano de 1967, o artigo de Maurice Mandelbaum manifesta um grande desconforto quanto a este debate. Com o título *A Note on History as Narrative*³³, o autor inicia o artigo adiantando que o que virá é uma crítica às teses narrativistas. A discussão sobre a referencialidade do discurso histórico, sua relação com o que “de fato aconteceu”, é o ponto central:

Eu sustentarei que mesmo naqueles casos em que é o objetivo do historiador construir um trabalho histórico no qual a precisa sequência de ocorrências providencie um elemento essencial para seu trabalho, ele não está engajado numa atividade a qual a é melhor representada pelo modelo de “contar uma estória”. Tipicamente, a pessoa que conta uma estória pode estar *inventando* o que ela nos diz, ou talvez *recontando* o que já sabe, ou talvez inventando o que ela não sabe sobre assuntos que está recontando; mas ela não está em nenhum caso engajada em um *inquérito* que tem por objetivo estabelecer o que de fato aconteceu. Ainda assim, é certamente o serviço do historiador descobrir fatos e relações que ainda não são conhecidas para ele, e que não são inventadas por ele. Nós esperamos historiadores engajados na pesquisa, para somar possibilidades alternativas, e buscar evidências em favor de uma e não outra destas possibilidades. Como consequência, julgando os méritos dos trabalhos historiográficos usamos padrões outros que os de interesse e inteligibilidade que são, de acordo com as recentes discussões sobre historiografia, a base primária em que avaliamos estórias.³⁴ (MANDELBAUM, 1967:53).

Mandelbaum rejeita a comparação entre história e narrativa, ou “story-telling” e “historiography”; “história” e “estória”³⁵. No tópico seguinte, aborda alguns apontamentos que

³³ *History and Theory*, VI, 3 (1967), pp. 413-419.

³⁴ No original: I shall hold that even in those cases in which it is the aim of the historian to construct an historical account in which the precise sequence of occurrences does provide an essential framework for his account, he is not engaging in an activity which is best represented by the model of telling a story. Typically, the person who tells a story may be *inventing* what he tells us, or he may be *recounting* what he already knows, or he may be inventing what he does not know about matters which he is recounting; but he is not in any case engaged in an *inquiry* which aims to establish what did in fact occur. However, it is surely the historian's task to discover facts and relationships which are not already known to him, and which are not invented by him. We expect historians to engage in research, to weigh alternative possibilities, and to marshal evidence in favor of one rather than another of these possibilities. As a consequence, in judging the merits of historiographical works we use standards other than the standards of interest and intelligibility which are, according to recent discussions of historiography, the primary bases on which we evaluate stories.”

³⁵ Hayden White, na seção da Introdução de *Metahistory* intitulada *A Teoria da Obra Histórica*, aborda o termo *story* como um dos elementos constitutivos do processo de construção narrativa que, posteriormente, é transformado numa representação histórica. As diferenças essenciais entre as representações literária e histórica são ali explicitamente colocadas. Na versão em português, *story* é traduzido para *estória*. Ver WHITE, H. *Meta-história – a imaginação histórica do século XIX*.

fazem com que pareça plausível associar a história com a narrativa – citando, sobre isso, os nomes de Walter Gallie, Morton White e Arthur Danto. O primeiro apontamento se refere à prática da escrita do historiador que, tendo lido suas fontes, pesquisado em seus documentos, possui uma visão geral sobre o evento que pretende abordar em sua monografia, artigo, etc. Visando uma inteligibilidade do trabalho, e sua consequente divulgação para leitores que o conseguirão assimilar, o historiador reúne este conhecimento obtido no estudo dos registros e elabora uma construção narrativa, e cronológica sobre o evento. Esta necessária construção narrativa é o primeiro ponto de relação entre história e narrativa presente na retórica dos defensores.

O segundo ponto, mais profundo, é sobre o caráter “tropístico” [*tropistic*], ou teleológico, supostamente presente em todo relato histórico³⁶. Quando elaboramos tal relato, fazemos sempre uma seleção do que, para nós, parece ser o mais importante a se contar. Esta mesma característica tropística, ou teleológica, se encontra presente na narrativa, ou, nas palavras do autor, no *storytelling*. A admissão deste caráter exclusivo do discurso histórico parecia gerar um “perigo relativista”, que parece ser o maior medo de Mandelbaum:

No entanto, aqueles que têm recentemente aclamado que a história é para ser entendida como narrativa estiveram interessados em ceder um território considerável para esta forma de relativismo histórico. Por exemplo, discutindo a alegada distinção entre crônica e narrativa, White e Danto estão prontos para sustentar que dentre as conexões que são atribuídas aos fatos cronológicos ao menos algumas são para ser construídas como funções da escolha do historiador sobre a particular estória que ele pretende contar. E na assimilação menos contida de Gallie da história como *storytelling*, este fator teleológico se tornou dominante.³⁷ (Ibidem, p. 54).

O terceiro ponto, e mais importante, é a associação entre história e narrativa através da noção de que a base da investigação histórica é uma sequência linear de ações humanas intencionadas. Tanto o modelo da historiografia, quanto o da estória, entendem que a ação humana e os objetivos a serem atingidos conscientemente pelos indivíduos pensantes são a base constitutiva de seu escopo. Mandelbaum alega que esta proposição é a primeira e principal responsável pela associação entre história e narrativa. A averiguação deste frase, seguindo o autor, se dará através de uma investigação histórica; esta, todavia, não deverá ser em forma de narrativa (Ibidem p. 54).

A partir de então, Mandelbaum inicia sua argumentação sobre a distinção entre história e narrativa. Em suma, a investigação histórica que gera um trabalho historiográfico não pode jamais ser entendida como uma sequência linear de acontecimentos que desencadeiam outros, atingindo, por fim, um momento derradeiro. O exemplo utilizado para ilustrar este pensamento é o de uma campanha política, na qual o sucesso ou falha da mesma responde a fatores múltiplos, estes de

³⁶ Sobre o caráter “tropístico” do relato histórico, ver WHITE, Hayden. Introdução. In *Trópicos do Discurso*, São Paulo: Editora Edusp, 2014.

³⁷ No original: “Nonetheless, those who have recently claimed that history is to be understood as narrative have been willing to cede considerable territory to this form of historical relativism. For example, in discussing the alleged distinction between chronicle and narrative, both White and Danto are ready to hold that among the connections which are attributed to the chronicled facts at least some are to be construed as functions of the historian's choice of the particular story that he wanted to tell. And in Gallie's less restrained assimilation of history to storytelling, this teleological factor may be said to have become dominant.”

longa duração, tais como os hábitos de votação de determinada camada da população, interesses e desafeições tradicionais, necessidades geográficas, econômicas ou étnicas de diversos grupos influenciarão dinamicamente na estratégia adotada pelo partido. Por outro lado, existe a construção narrativa desta campanha, que relata sequencialmente os acontecimentos que culminaram no sucesso ou falha dela. Esta narrativa sobre a campanha política, no entanto, pouco ou nada oferece para compreender o porquê dos eventos compilados na sequência linear terem acontecido, ou quem sabe os efeitos destes na sociedade: “por essa razão, uma sequência narrativa, ou 'estória da campanha', dificilmente dará ao leitor muito *insight* sobre porquê os elementos daquela estória de fato aconteceram, nem porquê eles tiveram seus determinados efeitos.”³⁸ (Ibidem, p. 55).

Na visão de Mandelbaum, “estrutura narrativa” é apenas aquela em que uma estória é contada a partir de uma sequência linear de eventos, com um ato original e uma reação em cadeia que culmina num ato final. A análise de contexto, que leva em consideração diversos fatores de curta, média e longa duração para a compreensão real “das coisas como de fato aconteceram”, é inviável para a estrutura narrativa e, conseqüentemente, típica da investigação histórica:

O citado estreitamento sobre a narrativa, modelos lineares de explicação historiográfica, deveria servir para sugerir que a tarefa do historiador não é traçar uma série de links numa corrente temporal; ao invés, é sua tarefa analisar um complexo padrão da corrente nos fatores que serviram para torná-la precisamente o que ela é. A relação que eu posteriormente tomo como fundamental em historiografia é (como eu argumentei em outro lugar) uma relação entre a parte e o todo, não uma relação entre o antecedente e o conseqüente.³⁹ (Ibidem, p. 56).

Concluindo o artigo, Maurice Mandelbaum reconhece que as problemáticas levantadas por ele não passaram despercebidas por intelectuais que se esforçaram pela associação entre história e narrativa. O caso da discussão sobre a “coligação” de Walsh é citada como um reconhecimento da importância de entrecruzar a “parte” com o “todo”. Ainda assim, Mandelbaum acredita que a “moda” de relacionar história com narrativa estabelece um modelo historiográfico por demais simplista e que negligencia o empreendimento da investigação histórica comprometida com a aproximação real do acontecido. Resta questionar sobre sua concepção de “narrativa”, por demais simplificada, sem quaisquer detalhamentos mais aprofundados sobre o que o motiva a crer em tal definição – o artigo é bastante curto. O olhar atento à complexa discussão sobre a narratividade da história não poderá ver na rejeição entre história e narrativa elaborada por Mandelbaum uma possibilidade de findar a discussão. Penso eu que o efeito é justamente o contrário: uma separação conceitual parca serve apenas como um impulso teórico para os seus “opositores”.

Quatro anos mais tarde, aparece na revista a figura de Hayden White, novamente. O artigo,

³⁸ No original: “For this reason, a sequential narrative, or “campaign story”, is not likely to give a reader much insight into why the elements in that story did actually occur, nor why they had the effects which they did.”.

³⁹ No original: “The foregoing strictures on the narrative, linear-series model of historiographical explanation should serve to suggest that the task of the historian is not one of tracing a series of links in a temporal chain; rather, it is his task to analyze a complex pattern of change into the factors which served to make it precisely what it was. The relationship which I therefore take to be fundamental in historiography is (as I have elsewhere argued) a relationship of part to whole, not a relationship of antecedent to consequent.”.

tão curto quanto áspero, dirigia a palavra diretamente a um colega, o professor Chester Destler (1904-1984). O título dado é o que segue: *Croce and Becker: A Note on the Evidence of Influence*⁴⁰. O motivo da calorosa exposição de White é, ao que parece, uma caracterização intencionalmente pejorativa por parte de Destler sobre o trabalho do historiador estadunidense Carl Becker (1873-1945) que, de acordo com as acusações, teria plagiado sua teoria sobre o relativismo histórico de seu contemporâneo, o filósofo italiano Benedetto Croce (1866-1952). Afirmando que o debate sobre a obra do italiano havia se instalado com pertinência na *History and Theory*, White alega que seu colega realiza, a um só tempo, um mal entendimento da filosofia de Croce seguida de uma interpretação cronologicamente falha da influência que o mesmo exerceu sobre Carl Becker. O autor vai mais longe: não só a investigação insuficiente sobre as fontes como o desentendimento sobre a filosofia croceana não foram por acaso, mas fazem parte de um esforço maldoso de Destler em obscurecer o trabalho de Becker.

Este artigo se torna interessante para este trabalho na medida em que White expõe sua defesa sobre uma interpretação mais coerente da filosofia de Croce, que o influenciou fortemente, especialmente no tocante ao envolvimento íntimo entre a história e a arte. Além de seu posicionamento sobre o filósofo italiano, White parece realizar uma crítica a um relativismo exacerbado, que atende menos às evidências que propriamente ao desejo e interesses individuais do historiador que escreve. Em sua “nota sobre a evidência da influência”, o autor afirma os limites dados à nossa narrativa por dados e informações que não podemos refutar ou ignorar.

Tento aqui um breve resumo da contenda entre White e Destler. O último parte de uma obra de Becker intitulada *Detachment and the Writing of History* (1910), que teria apresentado sua concepção de relativismo histórico e fora um esboço quase-idêntico de seu livro posterior, de 1931, intitulado *Everyman His Own Historian*, o qual não referencia Benedetto Croce. Afirmar Destler, perplexado, que a única menção a Croce por Becker seria referente a um livro do filósofo italiano intitulado *History and the Writing of History*, que Destler dá como inexistente a partir de sua suposta pesquisa sobre a bibliografia de Croce.

Ou seja, de acordo com o autor, Destler confunde o fato de desconhecer o título *History and the Writing of History* de Croce – que, para White, é uma óbvia referência ao *Teoria e Storia della Storiografia* (1917)⁴¹ – e afirma que o *Detachment* de Becker é uma cópia, um plágio do relativismo histórico de Croce apresentado em sua *Estetica*, traduzida para o inglês em 1909 como *Aesthetic*. White, realizando a defesa de Becker, afirma que o *Detachment* não possui qualquer influência de Croce, pois, na época em que o redigiu, Becker ainda não o havia lido. Lendo um

⁴⁰ *History and Theory*, X, 2 (1971), pp. 222-227.

⁴¹ White afirma que o *Teoria* foi publicado em língua inglesa com o título *History: Its Theory and Practice*, no ano de 1922. Neste mesmo ano, Carl Becker elaborou uma resenha do livro, publicada no *New Republic Journal*, sob o título de *History as the Intellectual Adventure of Mankind*. Sendo assim, a influência de Croce sobre Becker é tida como nítida e explícita, assumida por Becker, que não teria intuito algum de copiá-la fraudulentamente.

manuscrito de Becker – uma introdução ao seu *Everyman* (1931) que foi cortada da publicação impressa – White encontra o relato de que Becker teve seu primeiro contato com a obra de Croce no ano de 1922, quando se viu obrigado a concentrar algumas semanas de seu tempo para uma leitura intensa da obra do italiano. Este relato sobre a trajetória intelectual de Becker em seu próprio manuscrito é tomado por White como evidência para descartar a acusação de que o primeiro teria plagiado sua teoria a partir de *Aesthetic*. Parece que este é o problema central, pois demonstraria uma pré-disposição em Destler de denegrir o trabalho de Becker; ainda que, por outro lado, a acusação de plágio se baseie numa interpretação supostamente falha da filosofia croceana, como agora trataremos.

Destler elenca os sete pontos em comum na teoria de Croce e Becker: (1) a psicologia de Wundt; (2) o caráter imaginativo da história; (3) um inevitável subjetivismo presentista na escrita da história; (4) a impossibilidade de uma história “científica, objetiva”; (5) que a validade da história era simplesmente uma “memória fortificada pelos documentos”; (6) que a escrita histórica de todas as épocas foi dominada pelas necessidades e orientações intelectuais dos historiadores; e (7) “que a história é arte” (WHITE, 1971:226). Sobre o primeiro ponto, White acredita que a comparação com a psicologia wundtiana seria motivo de aborrecimento e raiva para Croce, que teria citado Wundt apenas uma vez, criticando-o por uma tentativa de aproximação psico-física da linguagem, em sua *Estética*. Se Becker foi, de fato, influenciado por Wundt, o autor não saberia dizer; Croce, por outro lado, o teria rejeitado (Ibidem, p. 225).

Em relação ao quinto ponto, White alega que Destler aborda o conceito de “memória” em Croce como um mecanismo meramente intuitivo, de inspiração romântica – assim, a história como “memória fortificada por documentos” cairia no erro de se entregar ao desejo livre do historiador em moldar tais documentos à fantasia de sua imaginação criativa. Para o autor do artigo, Croce trata do conceito de memória no sentido estritamente kantiano do termo, ou seja, como “percepção” (Ibidem, p. 226). Por fim, sobre o sétimo e último ponto, alega-se que o contexto em que Croce associa a história com a arte passou despercebido por Destler: em *La Storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte* (1893), Croce é criticado sobre sua formulação de que o conhecimento artístico é não-científico ao mesmo tempo em que possui valor cognitivo. Em resposta, define a arte como um estudo sobre as particularidades, em oposição à ciência como estudo das generalidades – uma dualidade que já abordamos anteriormente. Por ser a história preocupada com as singularidades tanto quanto as generalidades, afirma White sobre Croce, a mesma poderia ser vista como ambas. Com isso, Croce não defendia a ideia de que a história seria um tipo de arte imaginativa literária e fantástica, como parece supor Destler:

Quando Croce disse que 'história era arte', ele não estava sugerindo que a mesma não fornecia conhecimento real sobre o mundo. Ele estava apenas sugerindo que ela não fornecia conhecimento 'científico' sobre ele. A *Estética* foi escrita em defesa da ideia de que arte era conhecimento, e não para demonstrar que a história era uma forma de arte

Desavenças à parte, a contribuição do artigo de White reside exclusivamente numa preocupação com o uso dos registros históricos somada a uma interpretação da filosofia croceana atenta a complexidade da relação que ali se estabelece entre história, arte e ciência. No artigo que veremos na sequência, o enfoque é outro. Publicado no mesmo volume da revista, o ensaio do filósofo da história William Dray, intitulado *On the Nature and Role of Narrative in Historiography*⁴³, surge como um estudo crítico sobre as contemporâneas teses narrativistas defendidas naquele contexto, especialmente os trabalhos de Arthur Danto, Walter Gallie, Morton White e Louis Mink.

O trabalho de Dray pretende uma avaliação sobre como foram formuladas as relações entre *narrativa* e a discussão sobre o *conhecimento histórico*, tocando particularmente em conceitos como o de *explicação* e *causalidade*. O assunto, afirma o autor, estava em alta, atraindo a atenção de muitos para adentrar a conversa. Do lado dos narrativistas ditos mais "extremos", ainda que certamente heterogêneos, muita coisa havia sido dita: que a história era simplesmente narrativa; ou essencialmente narrativa; que a história deve conter alguns elementos narrativos; que ao menos "uma forma" de história, talvez a mais importante, narra; que é através da narrativa que os historiadores adquirem o elemento especificamente histórico sobre o conhecimento que produzem; e, por fim, que a explicação histórica toma sua estrutura distinta em razão de seu aparecimento no curso de uma narrativa (DRAY, 1971:153).

O autor afirma não possuir objeções essenciais ao conteúdo geral das teses, formulando suas críticas numa aparente perspectiva de auxiliar na construção sólida e bem formulada do debate.

Primeiramente, Dray aborda o conteúdo das defesas narrativistas em relação a primordialidade da narrativa sobre a historiografia. Tais defesas não giram em torno de um mero reconhecimento de que os trabalhos *explicitamente* narrativos, como o *Outono da Idade Média* de Huizinga, são igualmente históricos; a ideia é ir mais longe: sem narrativa, não há história. Os principais argumentos seriam, na visão do autor, dois: (1) mesmo em uma escrita histórica que se pretende não-narrativa, a narratividade se apresenta *implicitamente*, na medida em que *toda* história é narrativa; (2) a defesa de que a pesquisa histórica deve, em última instância, contribuir para a história-como-um-todo, ou "história universal", pressupondo que a inserção de qualquer história em um "todo", ou em uma "continuidade", requer a utilização de mecanismos narrativoscos.

Os grandes escolhidos de Dray para receber as críticas foram Danto e Gallie. Morton White surge às vezes, ora como contraponto, ora para ser também criticado. Louis Mink, por outro lado, é

⁴² No original: "When Croce said that 'history was art', he was not suggesting that it did not provide real knowledge of the world. He was only suggesting that it was not providing 'scientific' knowledge of it. The *Aesthetic* was written in defense of the idea that art was knowledge, not in order to demonstrate that history was a form of fantasizing art."

⁴³ *History and Theory*, X, 2 (1971), pp. 153-171.

citado com ar de autoridade, aparecendo como uma voz legitimante às argumentações do autor, que o referencia com cautela. Vejamos suas críticas.

Danto, em sua tese – sobre a qual o artigo relatado no início deste trabalho é apenas um resumo – rechassa a distinção elaborada por Walsh (que o faz influenciado por Croce) entre uma *narrativa plana*, que na visão de Danto se proporia a descrever um evento histórico da forma como o mesmo realmente aconteceu, em sua totalidade; e uma *narrativa significativa*, que, além da tarefa realizada pela *plana*, trataria dos "porquês" relativos à emergência do evento em questão.

Para Danto, a narrativa plana não é possível, pois não há qualquer chance de uma *descrição completa* sem o auxílio do elemento *explicativo*, que naturalmente trataria dos "porquês" e, portanto, seria *significante*. Esta rejeição compactua com o cerne de sua tese: a de que a história opera exclusivamente por *sentenças narrativas*. Para Dray, por outro lado, a negação de uma narrativa histórica que se abstém do elemento explicativo não é bem argumentada, abrindo brechas que a tornam inconsistente. Apoiado em Morton White, Dray crê que alguns eventos merecem ou simplesmente *podem* ser inseridos numa narrativa sem estabelecerem qualquer relação de causalidade entre os outros que compõe a mesma, seja pelo mero interesse humano intrínseco a eles, que por si só justificariam sua presença na narrativa. "A questão da *sentença narrativa* não é mostrar o porquê de algo ter acontecido, mas mostrar o que foi a sua significação"⁴⁴ (Ibidem, p. 160). Danto, aos olhos do autor, é muito rígido em suas formulações, tornando limitado um entendimento mais amplo sobre a natureza da narrativa.

De forma geral, Dray concorda com Danto quando este afirma que um evento pode ser *explicado* apenas quando relacionado com outros eventos que a ele dão inteligibilidade. Todavia, discorda não só sobre o ponto de que narrativas não-explicativas são impossíveis ou irrelevantes historicamente, mas também pela afirmação de que a aquela "relação" entre os eventos nem sempre deverá ser a de *causalidade*. Ademais, Dray afirma que Danto define mal o que Walsh quis dizer com uma narrativa plana. Não se trataria de estabelecer uma descrição completa do evento, mas de tratar seus acontecimentos de forma não-explicativa.

Sendo assim, Dray endossa a distinção levantada por Walsh. Ao passo que concorda com Morton White quando este prevê a possibilidade de narrativas não-explicativas (divergindo de Danto), discorda do primeiro quando este iguala os conceitos de *explicação* e *causalidade*. A questão que surge, conseqüentemente, é quando uma narrativa explicativa pode se abster da causalidade. Citando o filósofo britânico Michael Scriven, Dray relata este problema:

(...) é a aparente dependência desta representação sobre o pressuposto de que historiadores, na busca por explicações causais, estão invariavelmente preocupados em tratar das *mudanças*. Sem dúvida eles geralmente estão; todavia, às vezes eles se perguntam por quê as coisas permaneceram as mesmas.⁴⁵ (Ibidem, p. 164)

⁴⁴ No original: "The point of a narrative sentence is not to show why something came about, but to show what its significance was".

⁴⁵ No original: "is the apparent dependence of this account on the assumption that historians, in seeking causal

O argumento em favor da explicação histórica não-causal não fica muito claro. Ao que parece, quando debruçado sobre um evento centrado na ideia de *conservação*, ao invés de *movimento* e *mudança*, o historiador encontraria a possibilidade de explicar sem estabelecer uma causalidade entre os acontecimentos, na medida em que a última seria exclusividade das análises sobre a "mudança". De que forma, entretanto, um evento estático, onde as transformações são ausentes, não possui causas? Podemos ir além e perguntar se existe, na história, processos isentos de mudança. O artigo carece de respostas para estas perguntas.

Na sequência, vem a crítica a Gallie, bem mais breve que a dedicada a Danto. Como vimos anteriormente, Gallie trata do elemento *explicativo* como um mecanismo que surge no momento em que a história começa a se tornar difícil de "seguir". Sendo assim, o autor não vê a necessidade de estabelecer uma causalidade; esta é dispensável na medida em que todo estudo histórico se vê obrigado a lidar com a *contingência*. O acontecimento contingente não é necessariamente inteligível e coerente com o todo da história; ainda assim, o mesmo acontece e precisa ser explicado como uma "contingência seguível" [*followable contingency*] (Ibidem, p. 166).

Para dar continuidade a sua argumentação em favor da contingência, Gallie distingue entre *causa* e *condição necessária*. O acontecimento contingente se identifica com a segunda, proporcionando um tipo de inteligibilidade que não é aquele dado pela "causa" - um evento contingente surge como inevitável para a constituição de um evento subsequente, ainda que não o tenha causado. No parecer de Dray, Gallie expõe dois caminhos seguidos pela *condição necessária* para agregar inteligibilidade: (1) o caminho da *continuidade*, no qual o acontecimento contingente é inteligível por contribuir para o desenvolvimento de um processo mais amplo, estando inserido em seu meio; (2) o caminho de explicar "o que foi necessário" para a emergência do evento. Neste segundo ponto, Dray questiona a ideia de que as "condições necessárias" para um evento sejam suficientes para explicá-lo em sua completude.

No ponto de vista de Dray, citando Mink, o objetivo central da investigação histórica não se resume a procurar as "condições necessárias" de um lado, e as "causas", de outro. Trata-se de um "esforço em delinear um *complexo* de relações", sabendo que a definição do que é este complexo pode tomar toda a sua força de trabalho. Concluindo, Dray defende que as considerações sobre a natureza e o papel da narrativa na história aqui apresentadas e criticadas não devem ser excludentes, mas agregar-se numa teoria comum que seja capaz de compreender o funcionamento do "complexo de relações" sobre os eventos históricos com maior propriedade.

Por fim, neste primeiro capítulo, opto pela abordagem de outro artigo de Hayden White, publicado na revista. O quarto número do décimo quarto volume da revista, de 1975, fora projetado

explanations, are invariably concerned with accounting for *changes*. No doubt they generally are; but they sometimes ask also why things remained the same".

inteiramente para a discussão sobre o *historicismo*, contendo quatro artigos sobre o tema. Ainda que dois artigos de White já tenham sido aqui abordados, a escolha foi feita em função das profundas relações, ao longo de todo o texto, com o giro linguístico (por mais que o nome não seja utilizado) e todo o debate em torno da narratividade historiográfica.

O título dado ao artigo foi “Historicismo, História e a Imaginação Figurativa”.⁴⁶ De forma resumida, o artigo é uma crítica à *Miséria do Historicismo* de Karl Popper e seu dualismo entre o “historiador” e o “historicista”, separação semelhante àquela que isola o estudioso interessado nas *particularidades* em relação ao que procura as *generalidades*; o que promove um *ponto de vista* em relação ao que formula *teorias*; por fim, isola o modo de representação *narrativista* em relação ao modo *analítico* (WHITE, 1975:117). Estas separações, para White, não possuem valor nenhum; os formuladores desta dicotomia não percebem um elemento crucial pertencente a ambos, a saber: o uso figurativo da linguagem.

De maneira bastante clara, White resumidamente expõe alguns de seus principais pontos teórico-metodológicos presentes em *Meta-história*, obra que será analisada no capítulo seguinte. O autor inicia assumindo a influência que absorve da antropologia de Lévi-Strauss, especialmente no tocante à ideia de mito. Para o antropólogo estruturalista francês, toda construção histórica possui algo de mitológica, no momento em que dá naturalidade e coerência aos acontecimentos aleatórios e imprevisíveis da humanidade. Por *coerência do mito*, Lévi-Strauss entende o processo em que o movimento de uma determinada sociedade – que acontece de forma espontânea, podendo ter assumido desenvolvimentos diversos daquele que, por acaso, assumiu – é explicado de forma a dar inteligibilidade e conexão sobre a sequência dos eventos, mostrando uma suposta *inevitabilidade* em relação ao resultado obtido. “Historicizar é mitologizar. (...) A história nunca é apenas a *história-de*, sempre é também a *história-para*.”, afirma o autor.

O impulso para mitologizar não é intencional, nem mesmo consciente. Constitui, na esteira de Lévi-Strauss, um elemento linguístico inexorável a todo ser humano:

(...) Lévi-Strauss localiza o impulso para mitologizar não nos interesses reais ou imaginários dos grupos sociais *para os quais* poderiam ser escritos os diferentes tipos de historiografia, como faz Mannheim, mas antes na própria natureza da linguagem. De maneira mais específica, ele localiza o impulso para mitologizar numa faculdade poética que se revela tão prontamente em formas supostamente realistas de discurso em prosa como a historiografia quanto na natureza manifestamente figurativa daquela forma de discurso que o homem 'civilizado' denomina 'poesia'. (Ibidem p. 121)

Destarte, White rejeita a excludência entre *prosa* e *poesia* da mesma forma em que a rejeita para os conceitos de *realismo* e *ficção*; *fato* e *interpretação*. Estes conceitos se encontram conectados no discurso do historiador assim como a “lógica do argumento” e a “retórica da descrição”. É apenas a partir desta fusão que se cria toda e qualquer explicação histórica. O

⁴⁶ *History and Theory*, XIV, 4 (1975), pp. 48-67. O título original do artigo é *Historicism, History, and the Figurative Imagination*.

historiador não é capaz de apenas descrever seu material; ele inevitavelmente os *molda*. Mesmo que pretensamente neutro, todo historiador usa da *imaginação figurativa*.

Visando tornar estas considerações menos abstratas, White propõe que analisemos um trecho historiográfico desta linha mais realista para que encontremos, ali, as marcas da figuração. Trata-se de um excerto da obra *The Course of German History: a survey of the development of Germany since 1815*, elaborada em 1946 pelo historiador britânico A. J. P. Taylor. Afirma White que o texto pretende construir uma narrativa analítica e objetiva; ainda assim, usa involuntariamente das figuras de linguagem. Portanto, é feita uma desconstrução da narrativa com o objetivo de elencar, ponto a ponto, o que tal relato possui de *factual* e de *fictício*.

Além dos resultados da desconstrução feita por White, interessam para este trabalho as considerações sobre a construção figurativa da narração feitas com detalhamento até o final do artigo. É nelas que me concentro.

A figuração narrativa foi frequentemente interpretada como uma *redução* de sentido (tendo em vista a seletividade em relação as fontes e documentos), quando, na realidade, elabora sempre uma distorção daquele sentido⁴⁷. A partir deste elemento comum, White vai negar que a separação entre *história* e *historicismo* se dá em função de maior afinidade com o *geral*, por parte do último; e com o *particular*, por parte da primeira. A distinção entre historiadores e historicistas está em ver, neste, e não ver, naquele, a possibilidade de *escolha* entre estas instâncias de análise:

O discurso histórico busca explicar a relação entre as partes e o todo, ou entre as fases e a estrutura completa de um processo. Na falta de uma teoria específica dessa relação, somos levados a utilizar os tropos de linguagem – metáfora, metonímia e sinédoque – a fim de figurá-la. Estes tropos podem aparecer numa forma altamente estilizada e abstrata nas representações historicistas da realidade, mas não estão menos presentes nas representações históricas como sendo a 'teoria' que orienta a articulação do discurso. Não importa se a *forma* do discurso é a da história bem narrada ou a do tratado lógico. (Ibidem p. 133)

Com este artigo, conclui-se que a diferença entre o historiador e o historicista está no trato com a linguagem. Um elemento figurativo desta linguagem, no entanto, é comum a ambos. A imaginação criadora é explícita em um, e implícita no outro. O que diferencia um relato “científico” de um “narrativo” sobre a história é o que cada um pensa ser a função da linguagem no texto. Ainda assim, a insistência na imaginação figurativa parece, à primeira vista, acarretar num “bloqueio” de entendimento, como um sonho que se apresente ilegível ao psicanalista. Quanto a isso, White

⁴⁷ Aqui, é interessante notar a influência da psicanálise freudiana, citada no texto. É curioso que a mesma seja apropriada, também, por Carlo Ginzburg. Enquanto para Hayden White o inconsciente é o mecanismo responsável pelo caráter figurativo do discurso, ou seja, imprimindo mesmo na narrativa de filósofos como Popper e Hempel alguns elementos linguísticos implícitos que geram *plausibilidade*. O relato sobre a história fica mais próximo da validade que tem um relato sobre um sonho. Visando um conhecimento mais amplo e abrangente sobre nosso objeto de estudo, portanto, devemos analisar os *modos* como o mesmo foi narrado ao longo da história tanto quanto (ou ainda mais que) os *conteúdos* ali contidos, defende White. O caminho para uma maior aproximação com a objetividade é o da análise linguística. Carlo Ginzburg, por outro lado, usa da ideia do inconsciente como mecanismo pelo qual os autores imprimem, em todas as suas obras, traços particulares – uma espécie de “impressão digital” – de forma involuntária. Aqui, a aproximação com a objetividade histórica está na análise científica destes vestígios inconscientes, ou *indícios*. Sobre isto, ver o célebre *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1979) de Ginzburg.

defende, ao final do artigo, que a aproximação com a objetividade histórica deve ser (esta é sua hipótese) mais rica se nos debruçarmos menos com os *conteúdos* dos registros do passado que os *modos* como foram enunciados. O exercício da desconstrução linguística teria o poder de revelar sentidos mais profundos sobre os significados da história, elucidando o que estava ali latente. Desta forma, White parece otimista com relação ao conhecimento histórico: reconhecendo o caráter figurativo da linguagem, tratando-o autocriticamente, tornamos o sentido profundo de nosso discurso mais conciso diante do leitor, facilitando a comunicação.

De forma geral, para concluir o capítulo, todos os artigos tratam de um esforço teórico em reavaliar o conhecimento histórico epistemologicamente, dando especial atenção ao seu aspecto narrativo como questão-chave para uma completa renovação da teoria e prática históricas. O “giro linguístico” na historiografia pode ser tranquilamente compreendido como esta preocupação específica com a *linguagem* histórica, na crença de que seus aspectos linguísticos, seu *discurso*, não estava sendo suficientemente problematizados. Isaiah Berlin e Louis Mink estão particularmente interessados numa crítica às pretensões realistas e objetivas da ciência sobre a produção histórica, atentando para sua peculiaridade metodológica e sua construção discursiva; Arthur Danto e Walter Gallie inclinam-se mais na direção de problematizar a natureza da narratividade contida no discurso do historiador, convergindo em alguns aspectos e divergindo em outros, como bem ilustra William Dray em sua avaliação geral sobre as relações entre “história” e “narrativa” produzidas até então; Hayden White, por sua vez, surge também severamente preocupado com a narratividade histórica, contribuindo particularmente com um estudo sobre o posicionamento da história diante da arte, de um lado, e da ciência de outro; Maurice Mandelbaum rejeita a relação entre história e narrativa, crítico a sua “perversão” relativista. Diferenças à parte, em todos estes autores, o conhecimento histórico é extraído de uma situação relativamente confortável e posto num campo de batalha, no qual, já fora das trincheiras, diferentes paradigmas se chocam em prol de uma renovação da história.

Capítulo 2: O giro linguístico na história segundo Hayden White

Se a década de sessenta representa, ao menos no contexto estadunidense, o período no qual

emergem as primeiras contribuições mais significativas acerca do debate em torno da narratividade histórica, culminando com uma síntese dos principais trabalhos desta década no artigo de 1971 de William Dray apresentado anteriormente, a década de setenta pode ser vista como um momento de amadurecimento do debate, que obtém grande popularidade e interesse da comunidade acadêmica em geral.

Certamente o estudo de maior fôlego sobre o tema, e que fomentou uma intensa crítica, foi a publicação de *Metahistory*⁴⁸, em 1973, por Hayden White. Este trabalho já foi citado no capítulo anterior, tendo em vista que seus pressupostos gerais já haviam sido apresentados em diversos outros ensaios, como o *The Burden of History* (1966) ou *Historicism, History and the Figurative Imagination* (1971). Não obstante, a publicação do livro representa uma exposição bem mais profunda e sistematizada das concepções do autor sobre a relação entre história e narrativa, oferecendo uma base teórica consistente para o posterior desenvolvimento, por outros historiadores, das ideias ali colocadas.

Neste capítulo, trato de realizar uma síntese das proposições teóricas apresentadas por White em sua “Introdução” ao livro, as quais o autor aplica no decorrer de sua análise. Juntamente à síntese, busco expôr algumas das principais influências do autor, ao passo que sobreponho algumas críticas elaboradas por outros estudiosos do assunto.

A proposta do livro é elaborar uma análise crítica sobre a concepção de História, ou “imaginação histórica”, preponderante entre os principais historiadores e filósofos da história atuantes no século XIX. Esta análise, por sua vez, possui um caráter essencialmente linguístico: as obras históricas selecionadas, afirma o autor, serão julgadas por sua forma, atentando para os recursos linguísticos e narrativos utilizados pelos pensadores para garantir aos seus trabalhos os efeitos que almejavam. Se trata, portanto de uma abordagem *formalista*. Nas palavras do autor: “Nessa teoria trato o trabalho histórico pelo que ele manifestamente é: uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa.” (WHITE, 1995:11). Os quatro historiadores interpelados são os franceses Alexis de Tocqueville e Jules Michelet, o alemão Leopold von Ranke e o suíço Jacob Burckhardt. Quatro são também os filósofos da história: os alemães Georg Hegel, Karl Marx, Friedrich Nietzsche e o italiano Benedetto Croce. Através das ferramentas proporcionadas pela linguagem, estes pensadores construíram discursos para abordar as problemáticas que desejavam ou consideravam relevantes, a fim de imprimir a elas uma explicação. A principal preocupação de White, relacionada diretamente a sua teoria, é sobre o caráter pretensamente realista de algumas destas explicações, fruto do que o autor acredita ser um uso “ingênuo” da linguagem (Ibidem, p. 50).

Partindo de uma conceituação de história como um *continuum* entre arte e ciência,

⁴⁸ WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination in nineteenth century Europe*. Baltimore MD: John Hopkins University Press, 1973. Para este trabalho, utilizo a versão traduzida: *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

diferenciando-a das ciências “consolidadas” como a física, o autor acredita que a impressão realista-explicativa imperante na primeira metade do século XIX é nada mais que uma decorrência de estratégias linguísticas específicas. Sendo assim, afirma que não há argumentos epistemológicos sólidos para a constatação de que o modo narrativo escolhido para obter uma aparência realista ao discurso elaborado seja, de fato, mais realista que qualquer outros dos outros “modos possíveis” de confecção da escrita. Além disso, sendo a justificação epistemológica sobre a superioridade de um modo narrativo sobre outro ainda carente de uma teorização mais consistente, White alega que a escolha sobre um destes modos se dá antes por opiniões estéticas e morais que qualquer outra coisa. Sendo assim, a tese é de que estamos irredutivelmente presos à necessidade de escolha poética acerca de um dentre os limitados modelos narrativos proporcionados pela linguagem, no estado em que a mesma se encontra no nosso presente (Ibidem, p. 14).

A Meta-história de Hayden White se insere no contexto de crítica à representação realista, desenvolvidos concomitantemente em diversas áreas do conhecimento em seu tempo. Quanto a este debate, o autor tem como importante interlocutor o crítico literário alemão Eric Auerbach, com sua obra “Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental”, publicada em 1946; e do historiador da arte austríaco Ernst Gombrich, especialmente em seu trabalho “Arte e ilusão: um estudo da psicologia da representação pictórica”, publicado em 1960. Apesar das diferenças entre estes pesquisadores – Auerbach de vertente hegeliana, Gombrich de vertente neo-positivista (Ibidem p. 18) – o importante é o empreendimento de ambos em problematizar a natureza da representação realista do mundo pela linguagem humana.

Auerbach e Gombrich perguntam-se pelos componentes “históricos” que possui uma arte “realista”, ao passo que White inverte a questão e indaga sobre os elementos “artísticos” de uma história “realista” (Ibidem, p. 19). A resposta para esta questão é, em última instância, o objetivo da tese. Suas principais bases teóricas, nesse sentido, são o crítico literário Northrop Frye com sua “Anatomia da Crítica”, de 1957; e o filósofo Kenneth Burke com seu *A Grammar of Motives*, publicado em 1945, além das teses de Gallie, Danto, Mink e Dray (Ibidem, p. 19), expostas de maneira resumida no capítulo anterior desta pesquisa.

Com base nestas escolhas, portanto, o autor formulará sua “teoria da obra histórica”. Esta, por sua vez, é entendida como um processo que se inicia na busca por fontes históricas, que são coletadas de forma a construir uma crônica de acontecimentos factual, ou, nas palavras do autor, os elementos do campo histórico. No entanto, esta crônica de eventos não obtém seu valor histórico maior por si só: é preciso que façamos uma transformação da crônica em estória. O aglomerado de eventos adquire, na opinião de White, o estatuto de uma estória na medida em que uma relação de causalidade é imputada a eles, estabelecendo uma estrutura com início, meio e fim, identificando um evento como “fundante”, outro como “consequente”, etc. De forma geral, trata-se da conversão

de um processo diacrônico em sincrônico⁴⁹:

Quando um dado conjunto de eventos é posto num código de motivos, o leitor tem diante de si uma estória; a crônica de eventos transforma-se num processo diacrônico concluído, a respeito do qual é possível fazer perguntas como se estivesse lidando com uma estrutura sincrônica de relações. (Ibidem, p. 21)

No entanto, a causalidade que relaciona os vestígios “aleatórios” do passado que dispomos para realizar nossas pesquisas não está dada de antemão. Precisamos criá-la. Nesta criação (leia-se: ficção) reside a operação artística efetuada pelo historiador e, naturalmente, pelo literata. Ainda assim, entre o historiador e o literata encontra-se uma diferença essencial, que não escapa ao autor⁵⁰, a saber: enquanto o primeiro lida com uma crônica de eventos referentes a acontecimentos reais do passado, o segundo simplesmente os cria. Nas palavras de White:

Ao contrário de ficções literárias como o romance, as obras históricas são feitas de acontecimentos que existem fora da consciência do escritor. Os acontecimentos relatados num romance podem ser inventados de um modo que não podem ser (ou não devem ser) inventados numa história. (...) diversamente do romancista, o historiador defronta com um verdadeiro caos de acontecimentos já constituídos, dos quais há de escolher os elementos da estória que vai contar. Realiza sua estória mediante a inclusão de alguns acontecimentos e a exclusão de outros, realçando alguns e subordinando outros. Esse processo de exclusão, realce e subordinação é levado a cabo no interesse de constituir uma estória de tipo particular. Isto é, o historiador 'põe em enredo' sua estória. (Ibidem, p. 21-22)

Sendo assim, o autor de forma alguma afirma que o trabalho do historiador seja igual ao do romancista, apenas ressalta a semelhança entre ambos, especificamente, em função do processo poético ou ficcional no qual uma estória deve ser criada para dar coerência aos registros do passado que nos servem como fontes. White critica a noção de que a diferença entre o historiador e o literata seja o fato de que o primeiro “acha” ou “descobre” uma estória inerente à coletânea de acontecimentos a que chamamos de “crônica”, enquanto o segundo “inventa” a sua. Ambas estórias são criadas, ainda que baseadas em referências distintas. A criação de estória operada pelo historiador possui, em última instância, o estabelecimento de uma explicação, que segundo o autor se dá mediante três modalidades distintas e complementares: (1) explicação por elaboração de enredo, (2) explicação por argumentação formal e (3) explicação por implicação ideológica. Considerando estas três instâncias como um todo, temos diante de nós o *estilo* do pensador que escreve. Vejamos, em termos gerais, como cada uma delas é caracterizada.

A primeira “impressão explicativa” operada pelo historiador ao elaborar a sua escrita ocorre quando o mesmo opta por uma “modalidade de estória”, realizando assim uma “elaboração de enredo” [*emplotment*] sobre aquela estória proveniente da crônica. A causalidade imprimida aos eventos da crônica não possui, por si só, um enredo. Este provém da escolha do historiador –

⁴⁹ As definições dos fenômenos “sincrônico” e “diacrônico” nos remetem à obra do linguista suíço Ferdinand de Saussure em seu famoso Cours lecionado entre os anos de 1907 e 1910, sendo finalmente publicado por seus alunos no ano de 1916, após sua morte. De forma geral, o processo sincrônico diz respeito à continuidade de um evento, enquanto o processo diacrônico refere-se a sua ruptura. Nas palavras do linguista, “se se fala de lei em sincronia, é no sentido de ordem, de princípio de regularidade”, enquanto “a diacronia supõe, ao contrário, um fator dinâmico, pelo qual um efeito é produzido, uma coisa executada” (SAUSURRE, 1972:109). Sobre este assunto, ver Lei sincrônica e lei diacrônica, In SAUSURRE, Ferdinand. Curso de Lingüística Geral. São Paulo: Cultrix, 1972, pp. 107-116.

⁵⁰ Ver a nota de rodapé no 5 da Introdução de “Meta-história”.

consciente ou não – por um modo de elaboração de enredo ou outro. O autor nos fornece quatro principais modalidades, extraídas da Anatomia da Crítica de Northrop Frye: (1) a estória romanesca; (2) a tragédia; (3) a comédia e (4) a sátira.

Ao elencar estas modalidades, White não pretende afirmá-las como as únicas possíveis; este esquema quádruplo de Frye fora bastante criticado por seus “esforços taxonômicos” de vê-los como a totalidade dos enredos possíveis, crítica que o autor compartilha⁵¹. A opção pela utilização das categorias de Frye se explica pela conveniência das mesmas em relação à análise dos grandes historiadores e filósofos da história da Europa oitocentista (Ibidem, p. 23). Sem pretensões de abordá-las aprofundadamente, trato agora de suas características mais gerais, da forma como foram expostas pelo autor.

A estória romanesca, vinculada à obra de Michelet, pode ser entendida como uma trama dramática em torno de uma figura heroica, que culmina num final de vitória, simbolizando o “triunfo do bem sobre o mal, da virtude sobre o vício, da luz sobre as trevas, e da transcendência última do homem sobre o mundo em que foi aprisionado pela Queda” (Ibidem, p. 24). Sendo assim, a estória romanesca representa a afirmação do domínio do homem sobre a natureza e da consequente capacidade do mesmo em nomeá-lo em termos positivos.

Menos dramática, o enredo da comédia é aquele que também liberta o ser humano da condição da “Queda” (trevas, mal, vício, erro), ainda que numa maneira bem menos dramática e heróica. White identifica um enredo cômico na historiografia de Ranke. O desfecho da comédia é reconciliatório, simbolizando a possibilidade de harmonia “dos homens com os homens, dos homens com seu mundo e sua sociedade” (Ibidem, p. 25). Sendo assim, uma transformação não é necessária para a resolução dos problemas do ser humano em sociedade: esta, no fim das contas, se mostra em perfeito equilíbrio e harmonia, isenta de conflitos maiores.

A tragédia é também reconciliatória, entretanto, com um desfecho bastante diferente do da comédia em sua significação. Tocqueville põe em prática uma narrativa trágica da história. A reconciliação final é essencialmente resignatória, ou seja, caracteriza-se pela entrega ou sujeição do ser humano ao destino a que está fadado. Ao final da tragédia, o indivíduo finalmente “aceita” suas condições de trabalho no mundo:

Essas condições, por sua vez, se declaram inalteráveis e eternas, implicando que ao homem não é possível mudá-las nas que lhe cumpre agir dentro delas. Impõe limites quanto ao que se pode aspirar e ao que se pode legitimamente visar na busca de segurança e equilíbrio no mundo. (Ibidem, p. 25)

Em oposição ao enredo da estória romanesca, finalmente, surge a sátira, que representa o modo poético da ironia. Na opinião de White foi posta em prática por Burckhardt. Aqui, inverte-se a vitória heroica do homem sobre o mundo e constata-se a impotência do ser humano em sua tarefa de dominar a natureza a seu favor, culminando na aceitação da incapacidade de nomeação real do

⁵¹ Algumas considerações de White quanto ao uso das categorias de Northrop Frye, bem como uma breve crítica a este, estão colocadas na nota de rodapé no 6 da “Introdução”. Ver Meta-história, p. 23.

mundo, já que não o possuímos como um objeto de dominação. A sátira “é de fato um drama da disjunção, drama dominado pelo temor de que o homem é essencialmente um cativo do mundo, e não seu senhor, e pelo reconhecimento de que, em última análise, a consciência e a vontade humanas são sempre inadequadas para a tarefa de sobrepujar em definitivo a força obscura da morte, que é o inimigo infatigável do homem” (Ibidem, p. 24).

A relação destes modos de elaboração de enredo não é apenas excludente, por mais que algumas combinações possam se configurar de maneira eminentemente contraditória. Como vimos, seria bastante problemática a elaboração de uma estória romanesca de caráter satírico, tendo em vista um objetivo final antagônico para cada um dos modos. Por outro lado, a mesma estória romanesca poderia adquirir aspectos trágicos em seu desfecho sem perder seu caráter essencial de “romanesca”, afirma o autor. A combinação, todavia, sempre pende para uma das formas de enredo, que é o “gênero” da estória, podendo ser exteriorizado em qualquer um dos outros “modos” sem abandonar sua proposta inicial: “Posso legitimamente imaginar uma estória romanesca satírica, mas o que eu entenderia por essa expressão seria uma forma destinada a expor, de um ponto de vista irônico, a fatuidade de uma concepção romanesca do mundo” (Ibidem, p. 25).

A adaptação de uma estória a um modo específico de elaboração de enredo, portanto, é uma operação explicativa na medida em que atribui significações específicas para a estória em sua totalidade. Na sequência, White trata de uma outra forma de explicar a estória: a argumentação formal. Antes de caracterizá-la em detalhes, o autor chama a atenção para a necessidade de distinção entre o processo de argumentação, naturalmente científico em sua intenção, e o processo de elaboração de enredo, que representa o caráter artístico de toda e qualquer obra histórica. Estes dois processos são essencialmente complementares na historiografia, de forma que a História não se confunde nem com a “ciência rigorosa”, nem com a “arte genuína”. Esta dialética entre enredo e argumentação, ou em outras palavras, entre arte e ciência, é parte importantíssima da teoria apresentada em Meta-história. Apesar da crítica a representação realista, não é o intuito do autor negar a cientificidade da disciplina histórica, como expresso no trecho que segue:

Em suma, tomo por enquanto ao pé da letra a afirmação do historiador de estar fazendo a um só tempo arte e ciência e a distinção habitualmente traçada entre as operações investigativas do historiador de um lado e sua operação narrativa do outro. Admitimos que uma coisa é representar 'o que aconteceu' e 'por que aconteceu como aconteceu' e outra bem diferente é prover um modelo verbal, na forma de uma narrativa, de modo a explicar o processo de desenvolvimento que conduz de uma situação a uma outra situação recorrendo às leis de causação. (Ibidem, p. 27)

O autor frisa a diferença entre a história e as ciências naturais na medida em que, entre as últimas, existe um “acordo” muito mais sólido não só quanto às leis universais válidas para compôr uma análise real do mundo, mas quanto à forma que deve assumir o trabalho para garantir sua legitimidade. Na História, por outro lado, este “acordo” jamais existiu. Tanto as leis expressas na argumentação quanto a estrutura verbal apropriada para caracterizar o “legítimo” trabalho de

história são questões discordantes, pois infundadas epistemologicamente e, portanto, de origem estética e moral.

As categorias argumentativas selecionadas são, não por acaso, também quatro, extraídas do filósofo estadunidense Stephen C. Pepper em sua principal obra, *World Hypotheses*, publicada em 1942. De acordo com a obra de Pepper, uma explicação histórica enquanto argumentação formal pode ser vazada sob um argumento (1) formista, (2) organicista, (3) mecanicista e (4) contextualista. Da mesma forma como utilizadas criticamente as categorias sobre o enredo de Frye, o autor procede com as categorias de Pepper, descritas como limitadoras da complexidade da reflexão filosófica sobre o problema da argumentação. O uso desta sistematização é explicado pela conveniência em relação às obras dos historiadores, menos que as dos filósofos da história, descritos por White como pensadores mais inteirados do debate epistemológico⁵².

O argumento de explicação formista, segue o autor, é aquele cujo relato histórico se atém à particularidade do evento em questão, como na obra de Michelet. Ao contrário de identificar em determinado evento a recorrência de uma lei, o formismo guarda pouco espaço para generalizações, entregando sua atenção para uma descrição minuciosa do evento a fim de explicitar sua unicidade na história. Nas palavras do autor:

A teoria formista da verdade tem em mira a identificação das características ímpares dos objetos que povoam o campo histórico. (...) quando o historiador estabelece a unicidade dos objetos particulares do campo ou a variedade dos tipos de fenômenos que o campo manifesta, fornece uma explicação formista do campo como tal. (Ibidem, p. 29).

O argumento organicista, por outro lado, rejeita a abordagem “dispersiva” que faz o formismo – no sentido de “afastar” os eventos históricos entre si em função de suas singularidades mútuas –, operando uma análise “integrativa” (PEPPER apud WHITE, 1995:30), na medida em que percebe os eventos históricos como um grande organismo, regido por algumas ideias e princípios que norteiam as ações nele contidas. Desta maneira o autor acredita que Hegel e Ranke desenvolveram suas principais obras. Tais ideias e princípios não são entendidas, todavia, como formadores de uma lei universal única que permeia os conjuntos de eventos da história como um todo. Elas são diversas e variáveis. A busca por tal “lei geral” que governa a história será o empreendimento da argumentação mecanicista – característica dos trabalhos de Marx e Tocqueville – que consequentemente também é “integrativa” por agregar a história em torno de um elemento

⁵² As ressalvas quanto ao uso das categorias de Pepper estão colocadas na nota 7 da “Introdução”. Ver Meta-história, p. 29. Quanto a questão da reflexão filosófica em torno da argumentação, White exprime uma “inferioridade” por parte dos historiadores que, a seu ver, assumem uma modalidade ou outra de forma quase “pré-crítica” ou “ingênua” e função da própria formação intelectual que compartilham. Afirma o autor: “(...) os tipos ideais de Pepper proporcionam uma classificação bastante conveniente dos sistemas filosóficos ou das visões de mundo mais simplistas, do gênero e da concepção geral de realidade que encontramos em historiadores quando eles falam como filósofos – isto é, quando invocam alguma ideia geral do ser, recorrem a alguma teoria geral relativa a verdade e verificação, inferem implicação ética de verdades supostamente estabelecidas e assim por diante. Em sua maioria, os historiadores raramente se elevam acima do nível de refinamento filosófico representado por, digamos, Edmund Burke. (...) os maiores filósofos da história tendem a elaborar uma filosofia e também uma visão de mundo. Neste sentido são mais “cognitivamente responsáveis” do que os historiadores, que na maioria dos casos simplesmente adotam uma visão de mundo e tratam-na como se fosse posição filosófica cognitivamente responsável.” (WHITE, 1995:29).

comum.

A diferença crucial entre o organicista e o mecanicista é a de que o primeiro elabora uma síntese da história geral com base em um conjunto de pressupostos variados, enquanto o segundo reduz a história a uma determinada lei universal (WHITE, 1995:31). A relação entre os modos de argumentação formal é melhor descrita na seguinte passagem:

De uma perspectiva formista, mecanicismo e organicismo parecem ser 'reduativos' da variedade e do colorido das entidades individuais presentes no campo histórico. Mas, para restaurar a desejada extensão e concretude, não é preciso buscar refúgio numa concepção tão 'impressionista' da explicação histórica como a representada pelo formismo. Pode-se, de preferência, adotar uma posição contextualista, que como teoria da verdade e da explicação representa uma concepção 'funcional' do sentido ou da significação de eventos percebidos no campo histórico (Ibidem, p. 32).

O contextualismo, portanto, é a forma de argumentação que toma como prioridade a inserção de todo e qualquer evento histórico dentro de um contexto, ou seja, afirma que um evento pode apenas ser entendido quando são expostas as conexões que o mesmo estabelece com as demais instâncias da sociedade que, de uma forma ou outra, o afetam. Vinculado por White à obra de Burckhardt, o contextualismo compartilha com o formismo uma visão mais complexa da realidade, percebe o seu “colorido” e não a reduz a leis ou sintetiza em princípios e ideias. Não obstante, o formismo peca ao considerar os eventos apenas em função de sua particularidade, enquanto o contextualismo insiste que os mesmos só são compreensíveis no momento em que se especificam as “inter-relações funcionais⁵³” entre os agentes históricos que compunham aquele mesmo espaço-tempo.

Fica claro ao leitor de Meta-história a preferência do autor pela argumentação contextualista, que é associada a uma postura relativista em relação ao conhecimento. O evento pode ser compreendido pelo contextualismo em sua relação com os demais eventos de seu tempo, todavia, sua causa primeira e consequência final escapam à análise histórica (Ibidem, p. 33). Na esteira do autor, nenhum destes modos de argumentação é comprovadamente mais científico que outro, por mais que o efeito “realista” proveniente do estatuto de “ciência” seja o intuito só de alguns, particularmente o mecanicista. Sendo assim, a opção por um ou outro modo argumentativo diz respeito aos pressupostos ideológicos do autor que empreende sua escrita. No caso dos pensadores analisados por White, se afirma que esta base ideológica de nossa construção textual diz respeito aos anseios de transformação da realidade social – com sérias divergências quanto ao caminho a ser seguido – e de conservação do mundo, também com distintas concepções sobre os motivos pelos quais o mundo deve ser conservado. Este assunto nos leva, portanto, a terceira e última modalidade explicativa abordada pelo autor, a explicação por “implicação ideológica”.

Neste momento, White utiliza novamente quatro categorias, extraídas do sociólogo alemão Karl Mannheim em sua famosa obra, “Ideologia e Utopia”, de 1929. Sob o ponto de vista

⁵³ A noção de “inter-relação funcional” é descrita por Hayden White como uma ideia análoga àquela abordada por Walsh, “coligação”, apresentada brevemente por mim quando tratei do artigo de Louis Mink (*The Autonomy of Historical Understanding*). O autor aprofunda esta relação, especificamente, na página 32 da “Introdução”.

ideológico, portanto, o historiador ou filósofo da história pode optar pela abordagem do (1) anarquismo, do (2) conservantismo, do (3) radicalismo e, por fim, do (4) liberalismo⁵⁴. A vinculação de um trabalho histórico a uma destas categorias se dá por uma combinação tal entre os dois modos explicativos trabalhados até o presente momento. Trata-se de um momento em que as escolhas estéticas e cognitivas operadas anteriormente perdem seu aspecto neutro e revelam uma específica concepção ética sobre o desejado rumo a ser tomado pela sociedade:

Penso que o momento ético de uma obra histórica se reflete no modo de implicação ideológica pelo qual uma percepção estética (a elaboração do enredo) e uma operação cognitiva (o argumento) podem combinar-se para deduzir enunciados prescritivos daqueles que pareçam ser puramente descritivos ou analíticos (Ibidem, p. 41).

Desta maneira, por exemplo, White identifica na argumentação formista dispersiva de Michelet, somada a sua opção estética romanesca, uma escrita essencialmente conservadora da realidade social. O mesmo resultado pode ser obtido por outras combinações, como no caso de Burckhardt, que transparece seu conservadorismo através de uma concepção estética satírica – cética, relativista, e, no caso do historiador suíço, pessimista – somada a uma argumentação discursiva contextualista (Ibidem, p. 42).

Pois bem, abordadas as modalidades explicativas selecionadas pelo autor, temos diante de nós uma estrutura formada por três modos (enredo, argumentação, ideologia) que, por sua vez, dividem-se em quatro categorias que podem se combinar de diferentes maneiras. A combinação particular das categorias referentes aos modos gera, em seu resultado, o que White denomina o “estilo” do historiador. Na sequência, elabora um quadro expondo o que considera ser as combinações mais prováveis entre as categorias, ou seja, quatro “tipos ideais” da combinação entre enredo, argumento e ideologia. Estes tipos ideais não são feitos para encaixarem com os historiadores e filósofos da história em questão; alguns, na verdade, contradizem o tipo ideal fornecendo, por exemplo, uma ideologia diferente da “esperada”. O “estilo” do historiador é nomeado pelas categorias elencadas pelo autor, denominadas de tropos, o que nos leva a última parte da introdução.

A Teoria dos Tropos de Hayden White trata de quatro figuras de linguagem que operam o “desvio tropológico” sobre o discurso em relação ao seu objeto de análise. São, portanto, (1) a metáfora, (2) a metonímia, (3) a sinédoque e (4) a ironia⁵⁵ (Ibidem, p. 46).

⁵⁴ As categorias de Mannheim eram cinco, na medida em que o conservantismo se abria para duas posturas diferentes, a burocrática e a historicista. White afirma que opera uma simplificação consciente da obra de Mannheim para, novamente, encaixá-la ao estudo dos grandes filósofos da história e historiadores do século XIX europeu. Para mais explicações sobre a apropriação de Utopia e Ideologia, ver Meta-história, p. 37, nota de rodapé 11.

⁵⁵ O conceito de tropos não é novidade de White. Antes dele, o mesmo fora utilizado, ainda que numa concepção binária entre metáfora e metonímia, pelos estruturalistas, como na antropologia de Claude Lévi-Strauss, na linguística de Roman Jakobson e na psicanálise de Jacques Lacan. Apenas de considerar que o dualismo metafórico-metonímico fora bastante frutífero em outros tempos, White o considera limitado. No Renascimento do século XVI, os tropos básicos eram quatro, sendo que dois deles foram subtraídos pelos modernos; mesmo assim, proporcionavam mais complexidade para a análise. Os quatro tropos básicos utilizados por White demonstram sua influência no humanismo de Giambattista Vico, que em sua *A Ciência Nova* (1725, 1740) opera com estas quatro categorias para negar a distinção entre prosa e poesia, atentando para a continuidade entre ambas; perspectiva que vem a calhar para a tese do autor. “Ter present e a quádrupla análise da linguagem figurada tem a vantagem adicional de impedir que incorramos numa

Com a teoria dos tropos, defende-se que toda e qualquer representação da realidade, quando “vazada”, tende a se identificar com um deles, na medida em que “o objeto por representar ou o pensamento acerca do objeto entregam-se aos usos do discurso figurado”. Sem hesitar, o autor acredita que o resultado tropológico de nossa narrativa se dá de maneira pré-crítica, não sendo este mediado por nossa consciência, razão ou planejamento. Acreditamos estar representando fielmente a realidade passada, enquanto inconscientemente estamos apenas a “figurá-la” sob um específico tropo de linguagem. Logo, a identificação do modo poético dominante sob o qual o discurso foi vazado representa um trabalho de grande importância na medida em que revela um conteúdo obscuro da produção da obra, ou, nas palavras do autor, identificando a categoria “penetra-se naquele nível de consciência em que um mundo de experiência é constituído antes de ser analisado” (Ibidem, p. 47).

De forma geral, entende-se pela metáfora a realização de uma transferência, na qual uma entidade é representada por uma segunda entidade com base nas semelhanças que a última estabelece com a primeira. Sendo assim, um indivíduo afirma a outra pessoa que “sua boca é um cadeado”, no intuito de transparecer que a pessoa é quieta, ou boa para guardar segredos. “Boca” é transferida para “cadeado” em função das semelhanças que supostamente compartilham.

A figura da metonímia, por sua vez, representa algo de forma a reduzir o seu “todo” a uma de suas partes. Assim, a afirmação de que “pernas moviam-se apressadamente na calçada” reduz o indivíduo que caminha a uma de suas partes (suas pernas). A metonímia é bastante parecida com outro tropo básico da linguagem, a sinédoque. Nesta, uma entidade é representada por outra em função dos significados que a outra possui. Sendo assim, para utilizar o exemplo de White, a sentença “ele é todo coração” pode, à primeira vista, parecer uma metonímia (afinal, o indivíduo está sendo reduzido a uma de suas partes, o coração). Todavia, a intenção da frase não é afirmar que o indivíduo se confunde com seu coração (entendido como um órgão do corpo humano), e sim com os *significados* diversos que atribuímos ao coração, como “amor”, “afeto”, etc.

O quarto e último tropo, preferido pelo autor, é o da ironia. Esta tem por função expôr o entendimento de uma ideia através da sua negação. Uma sentença irônica diz o contrário daquilo que quer dar a entender. Desta maneira, afirmo que “sou um ótimo jogador de futebol” para exprimir, enfim, que minha habilidade no esporte é patética. Resumidamente, “a metáfora é essencialmente representacional, a metonímia é reducionista, a sinédoque é integrativa e a ironia é negacional” (Ibidem, p. 48). De qualquer forma, não pretendo aqui me alongar na descrição dos tropos de linguagem. O principal, a meu ver, é notar as características principais do modo irônico, tendo em vista não só a preferência assumida⁵⁶ do autor, como o fato de que a mesma ocupa um

concepção essencialmente dualista dos estilos que a concepção bipolar de estilo-cum-linguagem promove. (...) Através do seu uso não somos forçados, como Jakobson é, a dividir a história da literatura do século XIX entre uma tradição romântico- poético-metafórica de um lado e uma tradição realístico-prosaico-metonímica de outro” (Ibidem, p. 47). Sobre esta questão, ver Meta-história, página 46-47, nota de rodapé número 13.

⁵⁶ No final do seu “Prefácio” ao livro, White afirma que poderá se perceber o caráter irônico de sua obra. Todavia, o

papel central na análise de White sobre a imaginação histórica oitocentista. A linha temporal começa no estabelecimento da ironia como modo narrativo nos iluministas; passa para uma queda da ironia e conseqüente ascensão dos outros modos; e culmina com o retorno da ironia.

O discurso irônico é descrito como o único dentre os tropos de linguagem a exercer uma relação distinta com a linguagem. Se a metáfora, metonímia e sinédoque creem nas suas capacidades linguísticas em fazer corresponder o objeto representado com a representação do objeto, a ironia é a figura de linguagem que afirma esta crença apenas para negá-la. A linguagem irônica é, para o autor, “autocrítica”, pois reconhece sua própria fraqueza em representar o mundo realisticamente. Por conseguinte, as três demais figuras linguísticas são chamadas de “ingênuas” (Ibidem, p. 50).

Abordadas as categorias, White trata de dividir seu recorte temporal em três fases: (1) a emergência de narrativas confiantes na capacidade realista da linguagem, como em Michelet, em crítica aos seus predecessores iluministas irônicos; (2) a consolidação desta crítica, com as principais obras dos historiadores oitocentistas publicadas; e (3) o retorno da ironia, iniciado na segunda fase com Nietzsche, mas consolidado na terceira fase com a filosofia de Croce e a história de Burckhardt.

Bem, feita esta análise da obra de White, é hora de vermos algumas das tantas críticas direcionadas ao autor. De início, trago um artigo do historiador Rodrigo de Oliveira Marquez, publicado na *Revista de Teoria da História* em 2011 sob o título de “Três Polêmicas com Hayden White”⁵⁷. Neste estudo, o autor opta pela seleção de pensadores que, além de terem criticado White abertamente, obtiveram resposta do mesmo. Trata-se de um recorte interessante, na medida em que as respostas muitas vezes esclarecem possíveis equívocos de interpretação de Meta-história, ainda que não dissolvam por completo alguns problemas levantados pelos críticos. Sendo assim, nem mesmo Carlo Ginzburg – que, dentre outros motivos, ficou conhecido por sua polêmica com White – aparece no texto, pelo simples fato de nunca ter obtido resposta direta de White.

Em primeiro lugar, a crítica elaborada pelo historiador escocês Arthur Marwick, publicada na *Journal of Contemporary History* no ano de 1995⁵⁸. Este, segundo Marquez, ataca White em dois aspectos principais: pela sua postura “pós-moderna”, de um lado, e por sua postura “metafísica” de outro. Quanto ao primeiro problema, Marquez afirma que Marwick condena a concepção whiteana de “linguagem figurativa” que, a seu ver, se constitui de forma mal-autor tenta se esquivar de uma possível crítica ao ceticismo irônico, admitindo que usa a ironia contra a própria ironia por usá-la “conscientemente”, ou seja, por não entendê-la como a única realmente viável: “Talvez não passe despercebido que este mesmo livro está vazado num modo irônico. Mas a ironia que o informa é consciente e portanto represente uma volta da consciência irônica contra a própria ironia. Se lograr estabelecer que o ceticismo e o pessimismo de grande parte do pensar histórico contemporâneo têm suas origens numa disposição de espírito irônica, e que esta disposição de espírito é por sua vez apenas uma dentre muitas posturas possíveis a adotar diante do registro histórico, terá proporcionado alguns dos motivos para uma rejeição da própria ironia.” (White, 1995:14).

⁵⁷ De forma geral, o artigo é um breve resumo de sua dissertação de mestrado, finalizada em 2008 e intitulada “Teoria da História: Hayden White e seus críticos”, orientada pelo professor Estevão Martins.

⁵⁸ MARVIC, Arhur. “Two Approaches to Historical Study: The Metaphysical (Including “Posmodernism”)” and the Historical. *Journal of Contemporary History*. 1995. vol. 30, n. 5, pp. 5-35.

intencionada, objetivando antes dificultar a compreensão sobre as fontes históricas e os argumentos nelas contidos que propriamente elucidá-las em sua natureza. Esta predisposição a um “uso obscurecedor” da figuração narrativa é identificada como tipicamente “pós-moderna”.

Já quanto ao segundo problema, Marwick condena a pretensão metafísica da teoria de White, crendo que sua “teoria dos tropos” almeja ter descoberto a quintessência da História dividindo toda sua produção em meras quatro figuras de linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque e ironia), e logo oferecendo uma “metodologia totalizante” sobre a análise textual, defendida por White como “mais importante” e “imprescindível”. Contra as posturas “pós-moderna” e “metafísica” da história, Marwick irá defender o que entende por profissionalismo na disciplina histórica.

Seguindo sua defesa, Marwick afirma três principais (e bem questionáveis) semelhanças entre o que chama de história profissional (aquela exercida por historiadores comprometidos com o conhecimento) e as ciências naturais. Conseqüentemente, as semelhanças são (1) de que o conhecimento do passado advém do trabalho dos historiadores, assim como o conhecimento da natureza advém das pesquisas dos cientistas; (2) de que a investigação histórica sobre as fontes funciona do mesmo modo que a investigação científica sobre os fenômenos naturais fundamentada na observação e experimentação; e (3) que os cientistas naturais produzem um conhecimento diversificado sobre a natureza, envolvendo os campos físicos, químicos e biológicos, assim como faz o historiador analisando esferas diversas da sociedade, como religião, política, economia e direito (MARWICK apud MARQUEZ, 2011:59).

Hayden White, por sua vez, defende-se em três pontos principais. Primeiro, nega a acusação de “metafísico”, afirmando que seu conceito de “meta-história” se refere a uma “investigação e apresentação das pressuposições necessárias para a crença em um modo de pensamento denominado histórico”, e não a uma metodologia totalizante da prática historiográfica. Ainda assim, a diferença entre uma primeira proposta metafísica-totalizante e uma segunda proposta de “pressuposições necessárias” para a caracterização da História fica, a meu ver, mal esclarecida.

Por outro lado, White afirma ser inválida a defesa demasiada de Marwick no profissionalismo da disciplina histórica, que teria por consequência a ideia de que somente os historiadores “profissionais” - e não os críticos literários, filósofos da história e cientistas sociais, por exemplo - possuem a capacidade de analisar as fontes históricas responsavelmente. Afirma Marquez que, por esta perspectiva, “os limites que Marwick impõe ao que pode ser dito a respeito da historiografia/História não são epistêmicos, mas de natureza institucional” (MARQUEZ, 2011:61).

Por último, White defende-se na medida em que denuncia as relações estabelecidas por Marwick entre a investigação histórica e aquela feita pelos cientistas naturais (discussão fortemente travada na *History and Theory* nas décadas de 60 e 70, apesar da crítica de Marwick ser de 1995).

Afirma White que o historiador escocês faz uma confusão entre as noções do evento e do fato sobre o evento, afirmando uma continuidade entre ambos devido a sua crença num método científico e profissional-institucional. Sendo assim, White reafirma a concepção de que, sob um ponto de vista linguístico, os fatos que atribuímos sobre os eventos são construção nossas, enquanto os eventos, por si mesmos, não o são. Os fatos que atribuímos, por exemplo, a Revolução Russa, são sempre passíveis de revisões, nem que seja em um mero detalhe; a existência da Revolução Russa, todavia, não é o que colocamos em cheque (a princípio⁵⁹).

A segunda crítica vem do historiador germano-americano George G. Iggers, publicada no ano 2000 na revista *Rethinking History*⁶⁰. Segundo a análise de Marquez, Iggers elabora duas críticas às concepções teóricas de White, e uma sobre sua prática historiográfica. Em primeiro lugar, vê com desconfiança a proposta formalista da abordagem operada em Meta-história, crendo que esta permite uma análise dos textos por si mesmos, sem a necessidade de problematizar os espaços onde foram produzidos, as instituições envolvidas, ou seja, os elementos extra textuais que, implícita ou explicitamente, permeiam determinada produção histórica (MARQUEZ, 2011:66).

Além disso, tomados por sua forma, os diferentes trabalhos historiográficos são igualmente valiosos em termos de representação, tendo em vista que a perspectiva formalista não é capaz de julgar a fidedignidade e/ou verossimilhança da obra com as fontes e a “realidade”. Por outro lado, ataca a sua “teoria dos tropos” na medida em que a mesma acaba por rotular certo autor, que teria supostamente escrito sua obra majoritariamente em determinado estilo linguístico (digamos, a sátira) e, conseqüentemente, é “encaixado” no paradigma estilístico ao qual foi identificado (satírico). Para Iggers, parece mais sensato não efetuar tal rotulação, no esforço de compreender um determinado autor em função de seu movimento, sua mudança paradigmática e migração entre diversos estilos.

Mas voltando à primeira crítica, Iggers afirma que White não cumpre o que propõe em sua introdução teórica. Se a apresentação abriu as expectativas para uma análise formalista da imaginação histórica, as mesmas se viram contrariadas por um estudo que valorizou primordialmente os contextos referentes às obras analisadas. Ora, Iggers critica a um só tempo a proposta teórica de White – por crer que a mesma pode abrir brechas para um trabalho carente de contextualização – e seu esforço em contextualizar os escritos analisados – pelo fato de não corresponderem com a introdução, tornando o conjunto da obra incoerente.

De forma semelhante a Marwick, Iggers propõe uma retomada científica da história baseada em seu caráter disciplinar e especializado. Para este autor, “se é legítimo abordar a historiografia em perspectiva literária ou estética, o é também na perspectiva de um campo especializado de estudos”

⁵⁹ De fato, o relativismo epistemológico pode escorregar, certas vezes, para hipóteses mais extremadas, tal como foi o negacionismo do holocausto, que trataremos mais adiante neste estudo.

⁶⁰ IGGERS, George. “Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White’s Approach to Historiography”. *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp.373-390.

(MARQUEZ, 2011:68). Percebe-se uma argumentação bastante próxima da de Marwick sobre o profissionalismo historiográfico. Entretanto, White descrê na firmeza epistemológica de tal sugestão, a identificando com opções estéticas, morais e ideológicas. Iggers, por sua vez, crê numa resolução científica para discernir entre relatos mais ou menos válidos de maneira extra-ideológica, com base na racionalidade, no diálogo e no consenso⁶¹.

Em resposta, White reafirma sua teoria dos tropos, constatando novamente a fraqueza epistemológica de uma concepção científica do trabalho histórico. Nas palavras de White, contra Iggers: “(...) as operações pelas quais um conjunto de eventos é transformado em uma série, a série em uma sequência, a sequência em uma crônica e a crônica em uma narrativização são operações mais adequadamente compreendidas como tropológicas do que lógico-dedutivas” (WHITE apud MARQUEZ, 2011:71).

Por último, Marquez traz a terceira crítica a White, elaborada por Dirk Moses e publicada na *History and Theory*⁶² em 2005. Moses difere substancialmente dos outros dois críticos que receberam de White uma resposta, o que torna sua crítica particularmente interessante. Enquanto Marwick e Moses propõem uma defesa epistemológica da história, focando especialmente em seu caráter de disciplina acadêmica e profissão especializada, o presente autor deixa este assunto de lado e critica as proposições de White por um viés ético. Para Moses, a dita “sensibilidade histórica irônica” defendida por White poderia acabar sendo usada “para fornecer argumentos teóricos que justifiquem a instrumentalização da memória histórica pelas elites nacionalistas em suas lutas, por vezes genocidas, contra seus opositores” (MOSES apud MARQUEZ, 2011:75).

Sendo assim, trata-se de uma crítica bastante pragmática à teoria whiteana. O que importa não é a incoerência entre o que o autor apresenta na “introdução” e realiza nos “capítulos”, tampouco de uma defesa ao profissionalismo historiográfica, e sim uma acusação fundamentada nos possíveis efeitos práticos da teoria, ou seja, os resultados concretos que a mesma pode oferecer, independentemente de sua coerência lógica interna. De fato, creio que a crítica de Moses gera um problema para nossa consciência, fazendo com que problematizemos nossa forma de pensar.

Se cremos numa concepção teórica, e vislumbramos sua plausibilidade e aceitação na comunidade acadêmica, devemos insistir nela mesmo percebendo que dela os futuros historiadores podem extrair resultados que consideramos perniciosos para a sociedade? Por outro lado, o resultado prático deve ser nosso fundamento primeiro para pensar a teoria que extraímos da nossa experiência concreta no mundo? Caso seja, corremos o risco de formulações por vezes incoerentes sob um ponto de vista lógico, mesmo que a incoerência seja sutil. Ainda assim, sabemos (ou apenas

⁶¹ Segundo Marquez, a proposta de Iggers explicita sua forte influência na filosofia de Habermas, especialmente a sua Teoria da Ação Comunicativa. Segundo a mesma, Iggers acredita numa análise profissional ideologicamente neutra, na qual um estudo pode ser testado em sua validade histórica. Para tanto, ver a pág. 73 do artigo de Marquez. Sobre a teoria de Habermas, ver *The Theory of Communicative Action: Reason and the Rationalization of Society*, vol. 1, Cambridge, Polity Press, 1986.

⁶² MOSES, Dirk. “Hayden White, Traumatism, Nationalism, and the Public Role of History”. *History and Theory*. 2005. vol. 44, n. 3, pp 311-331.

queremos saber) que, caso tal teoria seja contemplada pela comunidade dos historiadores, a chance de desvirtuá-la para práticas que reprovamos é menor.

A este dilema, que provavelmente muitos historiadores se deparam ao longo da carreira, Moses parece se inclinar para o segundo caminho – o que valoriza os resultados práticos – ao afirmar que a teoria de White faz uma confusão entre “história” e “mito”, além de fornecer subsídios para se negar a facticidade do Holocausto e possibilitar apropriações da história por políticas autoritárias.

Quanto ao primeiro ponto, White responde que os conceitos de história e mito jamais puderam se separar completamente, tendo em vista que a historiografia foi sempre ideológica. No que diz respeito ao problema da apropriação por políticas autoritárias, White afirma que foi a mesma crítica elaborada contra ele por Carlo Ginzburg, e que a rejeita por perceber toda a ideia do relativismo cultural mais como uma postura de “tolerância” ao “outro” e/ou ao “diferente”, que propriamente uma legitimação de posturas políticas conservadoras. Sobre o problema do Holocausto, White se defende afirmando que toda a discussão acerca deste evento diz respeito menos ao questionamento da sua facticidade que de sua significação para os historiadores, que o analisam a partir de seus presentes. Segue White: “A escrita histórica, em geral, e a escrita sobre o Holocausto, em especial, são mais um problema de significado, e não de conhecimento (este compreendido como um conjunto de informações justificadas empiricamente)” (WHITE apud MARQUEZ, 2011:80).

Outro artigo feito em crítica às análises de White, desta vez em defesa a uma concepção materialista da história, foi o elaborado pelo historiador Julierme Morais e publicado na Revista de Teoria da História em 2013 com o título “Hayden White lendo Karl Marx: reflexões acerca da repetição histórica”⁶³. Neste artigo, o autor levanta a hipótese de que a leitura feita por White sobre a obra de Marx escorrega em alguns equívocos provenientes de sua própria teoria, fazendo com que a complexidade da análise marxiana sobre o “Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte” fosse ofuscada por uma ênfase demasiada no caráter “literário” do empreendimento de Marx em detrimento da materialidade de sua pesquisa. Esta última, na defesa de Morais, atesta três principais facetas da escrita de Marx que supostamente foram negligenciadas por White: o testemunho histórico, a interpretação histórica e a proposição teórica no campo da filosofia da história (MORAIS, 2013:305).

De forma geral, White percebe em Marx um desvio tropológico duplo, sendo que um diz respeito aos processos infraestruturais enquanto o outro se refere aos superestruturais. Logo, segundo Morais, White identifica uma predisposição metonímica e sinedóquica quanto aos tropos; mecanicista e organicista quanto ao argumento; trágica e cômica quanto ao enredo na escrita de Marx. Os detalhes da interpretação de White, todavia, não constituem o cerne do artigo. Morais está

⁶³ MORAIS, Julierme. Hayden White lendo Karl Marx: reflexões acerca da repetição histórica. Universidade Federal de Goiás: Revista de Teoria da História Ano 5, no 9, jul/2013.

particularmente preocupado com a conclusão do historiador estadunidense, a saber, de que o problema para Marx, ao longo de sua longa produção, era de “ordem literária” antes que qualquer outra coisa. Ou seja, Marx não estaria preocupado com o conteúdo de sua obra (elaborar uma síntese sobre Hegel, Feuerbach, entre outros), e sim na forma como deveria vazá-lo para garantir suas ambições intelectuais.

Para elucidar este ponto, Morais se atém a uma passagem clássica dos textos de Marx, quando, ao discorrer sobre o problema da repetição na história, afirma que a diferença entre o evento original e a repetição do mesmo é que o primeiro é trágico, e o segundo uma farsa. Sendo assim, o autor demonstra grande influência sobre o trabalho do filósofo e psicanalista francês Paul-Laurent Assoun, particularmente a obra “Marx e a repetição histórica” (ASSOUN, 1979). Com base na interpretação de Assoun sobre a noção de repetição histórica em Marx, Morais rejeita a conclusão de White que afirma o caráter literário das preocupações de Marx e, conseqüentemente, que o mesmo vê a repetição como farsa devido a sua intenção em vazar sua estória num modo satírico (MORAIS, 2013:318).

Ao final do artigo, em suas considerações finais, o autor comenta, a meu ver, uma admiração pela proposta de White, tida como inovadora e estimulante ao pensamento; não obstante, transparece certo desagrado com a rigidez da teoria de White, que obriga este a tirar conclusões muito enfáticas e conseqüentemente redutoras da obra de Marx:

“De fato é muito instigante analisar a fortuna crítica de Marx transitando entre apreensões metonímicas e sinedóquicas do processo histórico, bem como elaborando enredos pelas vias da tragédia e da comédia. Arriscaríamos dizer que é brilhante. Mas daí a postural que ele estrategicamente utilizou fórmulas de maneira precognitiva e precritica para transformar uma crônica de acontecimentos em estória é, no mínimo, perigoso e anacrônico.” (Ibidem, p. 328)

O perigo reside na noção de uma estratégia aceita de forma precritica, que acabaria por negar uma liberdade de pensamento ativa por parte do autor, que estaria sujeito aos processos inconscientes que moldam previamente sua produção. Por outro lado, a anacronia reside, segundo Morais, na forma como White se apropria dos conceitos de tragédia e comédia advindos de Frye, por exemplo, e aplica-os no século XIX, quando os mesmos conceitos já existiam e possuíam outras significações⁶⁴. Por fim, Morais conclui com diversas passagens de Michel de Certeau acerca da escrita da história, salientando a asserção de que esta “somente pode ser considerada histórica se for articulada com um 'lugar social' e uma 'prática científica' (CERTEAU apud MORAIS, 2013:330).

Partindo de uma perspectiva bastante diferente das críticas até aqui apresentadas, um artigo elaborado conjuntamente pelo historiador Marcus Silva da Cruz e pela historiadora Gabriella Lima

⁶⁴ De fato, White faz ressalvas sobre o uso das categorias de Frye em uma nota de rodapé, como foi trabalhado anteriormente. Todavia, suas ressalvas dizem respeito às limitações do esquema “quádruplo” de Frye, que compreende a estória romanesca, comédia, tragédia e sátira como “modos de elaboração de enredo”. A crítica de Morais não se refere ao “esquema quádruplo”, e sim à suposição de que os conceitos de Frye, quando aplicados ao século XIX, se tornam anacrônicos por entrarem em choque com as significações contemporâneas ao autor estudado para os mesmos conceitos.

de Assis, sob o título “Desconstruindo a história: Hayden White e a escrita da narrativa”⁶⁵, publicado na Revista Mosaico em 2010, aparece em defesa da teoria do discurso de White numa reconhecida concordância com o relativismo histórico, da forma como apresentada pelo autor, em todas as suas facetas.

Resumidamente, o artigo não chega a elaborar sequer uma passagem crítica ou, no mínimo, receosa quanto aos postulados de Meta-história. Pelo contrário. No intuito de endossar a primazia da linguagem e sua natural ineficiência em representar realisticamente o mundo, subtraindo quaisquer desejos científicos para a análise histórica, Cruz e Assis se ancoram em alguns autores para consolidar a visão “desconstrucionista” da história operada por White. Na visão dos autores, trata-se explicitamente do debate pós-moderno na história que proliferou desde as contribuições de White, culminando nas críticas do historiador britânico Alun Munslow⁶⁶ quanto a representatividade do discurso historiográfico (ASSIS; CRUZ, 2010:111).

Sendo assim, o artigo segue numa discussão acerca dos problemas epistemológicos de uma narrativa realista, bem como as relações desta narrativa com a memória, atentando para o caráter ficcional inerente a toda forma de pensar ou representar o passado. Nesta discussão, o historiador britânico Keith Jenkins⁶⁷ é interpelado inúmeras vezes, se mostrando uma importante referência ao debate ali colocado.

A meu ver, neste artigo a maneira como a teoria de White é apresentada pode causar um certo estranhamento. Cruz e Assis parecem rotular em demasiado a obra de White, inclusive citando seu trabalho mais recentes, ao pós-modernismo desconstrucionista e pós-estruturalista (CRUZ; ASSIS, 2010:116), rótulo que possivelmente o autor de Meta-história não concordasse por completo, com algumas ressalvas quanto à ênfase das proposições. A associação de White com a obra de Foucault, por outro lado, parece ignorar algumas críticas do primeiro ao segundo em “Foucault Decodificado”⁶⁸ (1973), como na passagem que segue:

A contribuição de Hayden White ao desconstrucionismo está em considerar que o passado só existe na forma como ele é escrito pelos historiadores. Para este autor, a história é uma criação literária, já que sempre será interpretada através de relíquias textualizadas que, por sua vez, só podem ser compreendidas por meio das pistas de interpretações a serem organizadas pelos historiadores. (...) Tanto para Foucault quanto para White, mais importante que o sentido literal da narrativa histórica é o efeito literário. Assim, a explanação histórica depende do uso de tropos que escolhemos para nos expressar na forma narrativa (CRUZ; ASSIS, 2010:114-115).

Outra importante crítica, desta vez brasileira, foi a feita pelo historiador João Tristan Vargas,

⁶⁵ CRUZ, Marcus Silva da; ASSIS, Gabriella Lima de. Desconstruindo a história: Hayden White e a escrita da narrativa. Revista Mosaico, v.3, n.1, p.111-118, jan./jun. 2010.

⁶⁶ Sobre as contribuições de Munslow para o debate aqui apresentado, ver seu *Deconstructing History* (1997).

⁶⁷ A principal contribuição de Jenkins para o debate é seu *Rethinking History* (1991). Neste obra, já célebre para a discussão sobre a pós-modernidade na História, o autor elabora suas proposições fundamentais sobre a prática historiográfica. Segue uma passagem enfática do autor: "A história é basicamente um discurso em litígio, um campo de batalha onde pessoas, classes e grupos elaboram autobiograficamente suas interpretações do passado para agradarem a si mesmos". JENKINS, Keith. *A História repensada*. São Paulo, Contexto, 2001. p.43.

⁶⁸ WHITE, Hayden. *Foucault Decodificado: notas do subterrâneo*. In “Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura”. São Paulo: Edusp, 2001.

intitulada “Hayden White, a ironia e os historiadores”⁶⁹ e publicada na revista *História Social* em 1996. Ao contrário dos que percebem no estudo de White uma crítica construtiva ao conhecimento histórico, Vargas comenta o mesmo como retrocesso, afirmando ser a teoria dos tropos um desvio problemático do fazer historiográfico.

A crítica de Vargas se concentra em dois aspectos principais: (1) o gosto de White pela ironia e pelo contextualismo, e (2) suas definições de “metonímia” e “sinédoque”. Quanto ao primeiro problema, Vargas se mostra particularmente incomodado com o fato de White, ao associar um tropo com uma estratégia argumentativa, deixe a ironia de lado, bem como o contextualismo, que seria sua provável associação. Ao comparar apenas os três tropos restantes, Vargas percebe em White uma estratégia narrativa de elencar, nas entrelinhas, sua primazia pelo discurso irônico e contextualista, transmitindo uma “particularidade” implícita para eles.

Vargas discorda da forma como o discurso irônico é caracterizado, a saber, como o auge do pensamento histórico, sua maturidade plena, sua consciência autocrítica, sua predisposição relativista e democrática em ver todos os modos linguísticos como possíveis e igualmente poderosos sob um ponto de vista epistemológico. Não obstante, o autor considera contraditória aquela passagem em que White afirma ter “vazado” sua pesquisa num modo irônico - ainda que “conscientemente irônico”, logo, utilizando a ironia contra a própria ironia, tirando dela um certo privilégio de tratar com desdém os demais modos linguísticos (WHITE, 1995:14).

Para Vargas, ter vazado a pesquisa de Meta-história num modo irônico é apenas o desejo de White, considerando sua adoração por tal modo discursivo; todavia, para Vargas a forma como a ironia é caracterizada e, especialmente, a forma como a mesma é inserida no enredo elaborado pelo historiador estadunidense, culminam em uma estória vazada no modo cômico (VARGAS, 1996:45). Lembremos a trajetória linguística desenhada por White ao final de sua Introdução, do final do período Iluminista à virada do século XIX para o XX: o espírito irônico encontrava-se consolidado, passando a ser criticado por Hegel na filosofia e Michelet na história, até que finalmente retorna em finais do século, primeiro com Nietzsche, depois com Croce. Considerando a caracterização da ironia como “pensamento maduro”, com ar de superioridade e progresso, faz sentido considerar o “retorno da ironia” como um final harmônico e desejado para o pensamento histórico, logo, como um desfecho cômico. Até aqui, a crítica de Vargas se mostra plausível e criativa.

Na sequência, o autor faz sua crítica às definições de sinédoque e ironia operadas por White. De acordo com Vargas, a forma como a metonímia é definida (a parte pelo todo) é exatamente a definição de sinédoque, de acordo com todos os estudos da área que o mesmo consultou. Sendo assim, a denúncia é de que White pretende criar uma nova definição para o conceito linguístico da sinédoque (entendida como um “parte” que, em suas qualidades, pressupõe o “todo”), e mais, trata sua novidade como se já fosse conhecida pela comunidade acadêmica, considerando-a como pré-

⁶⁹ VARGAS, João Tristan. Hayden White, a ironia e os historiadores, *História social* no 3, 1996, pp.37-50.

aceita, sem ao menos revelar suas referências para tal concepção. Indignado com esta postura, de forma até mesmo exagerada, Vargas desabafa: “o constrangimento é tal que não sei o que comentar nesse caso” (VARGAS, 1996:46). Enfático em sua crítica, Vargas parece não ter percebido que White referencia sua divisão “quádrupla” dos tropos em Giambattista Vico⁷⁰, ou, no mínimo, não verificou das definições de Vico quanto à sinédoque e metonímia em sua pesquisa bibliográfica sobre o assunto.

Por fim, o autor renega o estudo de White, entendendo-o como um atraso ao pensamento histórico, num repúdio explícito quanto ao relativismo epistemológico:

Em que se avançou? Parece mais apropriado falar em retrocesso. Não haveria mais sentido num debate entre diferentes abordagens do passado, já que todas seriam igualmente legítimas. A representação do passado deixa de ser uma região de disputa, de conflito, de luta. O uso deste ou daquele recurso dado pela linguagem já não pode ser identificado como meio para selecionar pontos de enfoque, para construir quadros parciais. A construção de outros quadros, focalizando-se pontos deixados na sombra por outras representações, já não teria, em si, força para combatê-las. A relação entre escrita e ação já não se colocaria. (...) Ao invés de novos meios para afinar a percepção do historiador, são lhe oferecidas irônicas cadeias. Nós as devolvemos, agradecidos. A ironia pode ser paralisante. Isso White nos ensinou. (VARGAS, 1996:50).

Como vimos, a recepção da Meta-história de Hayden White foi bastante diversa. Mesmo que a número de trabalhos aqui contemplados tenha sido bastante pequeno, creio que seja minimamente capaz de ilustrar esta dinâmica. Por um lado, a teoria epistemológica relativista e o enfoque literário da análise White são vistas como a manifestação do maior refinamento teórico possível à disciplina histórica; por outro, o estudo é tido como interessante, ainda que problemático por suas consequências, seja por seu “reducionismo analítico” ou “negligência ética”; no caso de Vargas, que certamente não está sozinho, a proposta whiteana é inútil e perniciosa, merecendo nada menos que a superação. Contentes ou aborrecidos, os(as) historiadores(as) devem, no mínimo, admitir que a Meta-história deu o que falar, mobilizando intensamente historiadores de diversas áreas a comentar sobre o assunto, como acontece ainda hoje. Quanto a isso, não restam dúvidas.

Considerações finais: o problema do relativismo

Como vimos ao longo dos dois capítulos que constituem este trabalho, desde o início da

⁷⁰ Sobre este assunto, ver a importante e longa Nota de Rodapé 13 da Introdução de Meta-história.

década de sessenta (ao menos no contexto estadunidense), com a emergência da crítica ao cientificismo historiográfico associado a um notável interesse pela articulação dos conceitos de *história* e *narrativa*, culminando em meados da década de 70 com a tese de White, descrita por mim aqui como um certo *clímax* ao debate, o problema linguístico do conhecimento histórico consolidava-se como pauta de especial importância para os historiadores interessados na área da teoria.

Entre o realismo e o relativismo na História, diferentes posições foram tomadas, configurando uma rede de interpretações que, tomada em seu conjunto, extrapola qualquer concepção binária do assunto. Pelo contrário: da segunda metade da década de 70 em diante, com a efervescência da crítica, a discussão em torno da linguagem na filosofia e da narratividade na história ganharam em complexidade e amadurecimento.

Neste momento da pesquisa, damos um salto para a década de 90 para ilustrar um caso de particular interesse para este trabalho. A problematização do relativismo no fazer historiográfico, discutida largamente no campo teórico, ainda exigia um maior confronto com seus efeitos práticos, bem como uma articulação com processos notáveis do mundo social, algo como “exemplos concretos” para dialogar com o relativismo epistemológico no desejo de vislumbrar seus resultados práticos (lembremos da crítica de Dirk Moses a Hayden White, quando o primeiro se perguntava sobre os problemas éticos e as consequências de uma teoria histórica relativista).

É neste intuito, por conseguinte, que é mobilizada uma conferência para discutir o Holocausto e o problema da possibilidade de relativizar um “caso limite” – no caso, a facticidade do extermínio contra os judeus durante o regime nazista na Alemanha. A conferência se deu na *University of California*, em Los Angeles no ano de 1990, tendo como encabeçador o historiador judeu Saul Friedlander, pesquisador particularmente mobilizado na história do Holocausto. Foi dele a organização e edição dos trabalhos apresentados na conferência para a confecção de uma coletânea, a qual procurarei nestas considerações contemplar alguns dos trabalhos que nela mais me interessam.

A coletânea, que recebeu o título incisivo de *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*⁷¹, foi publicada em 1992 e contou com a contribuição de diversos historiadores, tais como White, Ginzburg, Perry Anderson, Dominick LaCapra, Martin Jay, Berel Lang, Christopher Browning, entre outros.

É pensando neste evento que o historiador francês François Hartog elabora um artigo, publicado em 2013, no qual é feita uma análise comparativa entre Carlo Ginzburg e Paul Ricoeur. O artigo se intitulou *Aristóteles e a história*⁷², *mais uma vez*, tendo em vista que a apropriação da obra aristotélica foi, pelo autor, identificada como uma constante tanto para os propensos ao relativismo

⁷¹ FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1992.

⁷² HARTOG, François. *Aristóteles e a história, mais uma vez*. Ouro Preto: hist. historiogr., nº 13, dez/2013, pp. 14-23.

historiográfico quanto para seu oponente realista. De forma geral, Hartog se situa no recorte temporal da segunda metade da década de 80, com a publicação de *Tempo e Narrativa* de Ricoeur entre 1983-1985 e com o engajamento de Ginzburg, durante os mesmos anos, contra os historiadores que denominava “céticos” pós-modernos⁷³ (HARTOG, 2013:19). Assim, o autor passa a desenvolver comparações entre ambos os pensadores, com o intuito de sintetizar suas concepções e, ao final, confrontar as respectivas apropriações de Aristóteles com sua própria leitura do mesmo.

Opondo o “defensor do realismo” ao “advogado da narrativa”, identificando um como *insider* da História e outro como *outsider*, vinculando um à *Retórica* e outro à *Poética*, respectivamente, o historiador francês logo transparece sua preferência pela filosofia de Ricoeur, questionando Ginzburg por seu silêncio quanto às contribuições do mesmo ao tema, tendo em vista não só que o historiador italiano provavelmente leu a obra e/ou tinha conhecimento dela, mas pelo fato do filósofo francês ter chamado o último para dialogar, ainda que não obtendo resposta.

Em suma, Hartog critica a apropriação proposta por Ginzburg em seu artigo homônimo, a saber, de que Tucídides, assim como Aristóteles, tinha grande preocupação com a noção de prova, de forma que o debate sobre a história (ou, ao menos, a sua essência) encontra-se na *Retórica*, e não na *Poética*. Ao que parece, foi a forma encontrada por Ginzburg para confrontar as associações entre *história e ficção*, através de uma releitura da *Retórica* que chamasse a atenção para seu caráter comprobatório, baseado no *entimema* (HARTOG, 2013:19)⁷⁴.

Todavia, não aprofundaremos aqui no problema da apropriação da filosofia aristotélica, ainda que seja um problema pertinente para este debate. Interessa, neste momento, fazer uma análise da forma como os pesquisadores envolvidos na Conferência sobre o Holocausto e o problema da representação se posicionaram, atentando para seus argumentos. Para fins de organização, começaremos com a contribuição de White ao debate, continuando com as respostas a ela dirigidas por Perry Anderson e Carlo Ginzburg.

Intitulado *Historical Emplotment and the Problem of Truth*⁷⁵, o ensaio de Hayden White inicia resumindo o problema que dá partida a sua apresentação: “Em uma palavra, a natureza do Nazismo e a Solução Final estabelecem limites absolutos sobre o que pode ser verdadeiramente dito sobre eles?⁷⁶”. De acordo com o organizador do evento, Friedlander, continua o autor, os limites são dois: o *epistemológico* e o *ético*. O primeiro trata do conceito de “verdade”, enquanto o segundo se refere às formas de elaboração de enredo [*Emplotment*] consideradas “inaceitáveis” para a

⁷³ Ver o posfácio de Ginzburg ao *Retorno de Martin Guerre* de Natalie Zemon Davis, citado por Hartog como uma das primeiras manifestações de Ginzburg neste debate, traduzido no apêndice de seu *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso fictício*, com o título de *Provas e possibilidades* (2006, pp. 311-335).

⁷⁴ Para Hartog, a obra de Tucídides se mostra a um só tempo uma intensa tentativa de descrever um episódio histórico e uma demonstração de que uma “história científica” não é possível, na medida em que o conhecimento máximo que o historiador pode obter é descrito como semelhante a uma *convicção (pistis)*, e não “um conhecimento claro e distinto” (HARTOG, 2013:20).

⁷⁵ WHITE, Hayden. *Historical Emplotment and the Problem of Truth*. In FRIEDLANDER, Saul (org.) *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, pp. 37-53.

⁷⁶ No original: “In a word, do the natures of Nazism and the Final Solution set absolute limits on what can be truthfully said about them?” (WHITE, 1996:38).

representação do Holocausto (WHITE, 1996:38).

Na visão do autor, é possível identificar formas “inaceitáveis” de representar o nazismo apenas se compreendermos que os eventos que o constituem (ou, ao menos, os mais notáveis) possuem uma *estória* e um *tipo de enredo* próprios, inerentes a eles mesmos, que delimitam a possibilidade de representação de terceiros, estabelecendo os contornos éticos que cumprem um papel restritivo. Logo, White descreve no problema epistemológico acerca dos discursos produzidos sobre o Holocausto, defendendo que o julgamento de Friedlander tem como base um suposto ataque contra a “moralidade” e o “gosto” (Ibidem, p. 41).

Compreendendo os “modos” de transformar os “fatos” do período nazista em “estória” como opções estéticas, que não ferem a existência real do evento em questão, White tende a considerar a restrição representativa sobre o Holocausto (por exemplo, como uma sátira ou uma comédia) um retrocesso, baseado na presunção de que um “grande tema” deve pressupor um “gênero nobre” de narração (como o épico ou o trágico) (Idem, p. 41).

Pensando neste problema, White cita duas representações polêmicas do nazismo: a revista em quadrinhos do cartunista sueco Art Spiegelman, intitulada *Maus: A Survivor's Tale*, na qual os alemães aparecem como gatos, os judeus como ratos e os poloneses como porcos; e o livro do historiador conservador alemão Andreas Hillgruber, intitulado *Reiches und das Ende des europäischen Judentums*⁷⁷. Os trabalhos citados são bastante distintos, produzidos em contextos diferentes. Entretanto, servem como exemplos de formas possíveis de se abordar o período nazista. Os quadrinhos de *Maus*, por exemplo, chocam o leitor com imagens satirizadas da relação entre nazistas e judeus; não obstante, a opção satírica constitui a própria crítica do trabalho de Spiegelman, que representa um “jogo de gato-e-rato-e-porco no qual todo mundo – perpetradores, vítimas, e passantes na estória do Holocausto e ambos Spiegelman e seu pai na estória de seus relacionamentos – surge mais parecido com uma besta do que um ser humano”⁷⁸ (WHITE, 1996:41).

A partir destas referências, White inicia uma crítica ao filósofo judeu Berel Lang, que supostamente sustenta a ideia de que o Holocausto não deve tolerar interpretações diversas: apenas a representação *literal* é aceitável. Para White, Lang distingue entre o discurso *literal* e o *figurativo* como quem opõe o verdadeiro ao falso, o real ao fictício. Na visão de Lang, o extermínio dos judeus, por conseguinte, possui apenas uma forma de se narrar, pois sua verdade é explícita (a despeito de sua imensa complexidade), logo, os acontecimentos e seus significados são óbvios (Ibidem, p. 44).

⁷⁷ A obra não possui tradução para o inglês ou para o português. Hayden White traduz o título para *Two kinds of ruin: the shattering of the German Reich and the end of European Jewry*, que traduzo aqui como “Dois tipos de ruína: a fragmentação do Reich Alemão e o fim do Judaísmo Europeu”.

⁷⁸ No original: “(...) a game of cat-and-mouse-and-pig in which everyone – perpetrators, victims, and bystanders in the story of the Holocaust and both Spiegelman and his father in the story of *their* relationship – comes out looking more like a beast than like a human being.” (WHITE, 1996:41).

Partindo para as considerações finais, o autor comenta a forma como Lang utiliza de uma ideia de Roland Barthes para fundamentar sua concepção binária do discurso sobre o Holocausto. Trata-se do conceito de “escrita intransitiva” [*intransitive writing*], que, por motivos não explicados por White, é visto por Lang como um suporte à defesa do discurso “literal”. Para White, Lang interpreta mal a concepção de Barthes: enquanto este buscava superar uma linguística dualista que separava o discurso entre *ativo* e *passivo* (subjetivo e objetivo, literal e figurativo, factual e fictício, e assim por diante) propondo uma forma discursiva “intermediária” (correspondente ao que chamava de “*middle voice*”), no intuito de formular uma concepção da linguagem renovada que se adaptasse ao momento contemporâneo; Lang utiliza do mesmo conceito para legitimar uma delimitação discursiva sobre o Holocausto baseada no dualismo literal-figurativo (Ibidem, p. 49).

Por conseguinte, na esteira de sua defesa de uma teoria modernista das ciências humanas – que percebemos em White desde a década de sessenta com *The Burden of History*, e na década seguinte com *Metahistory* – o autor cita Eric Auerbach, uma de suas grandes influências:

A caracterização do modernismo literário de Auerbach indica, não que a história não seja mais representada realisticamente, mas sim de que as concepções tanto de história quanto de realismo mudaram. O modernismo continua preocupado em representar a realidade “realisticamente”, e ainda identifica realidade com história. Mas a história que o modernismo confronta não é a história considerada no realismo do século XIX.⁷⁹ (Ibidem, p. 51)

Ou seja, White defende que o intuito de representar a história – e, na presente ocasião, o Holocausto – de uma forma realista continua, e deve continuar; todavia, a grande questão é outra: as próprias noções de *realidade* e *representação realista* se transformaram junto com a presente modernidade atestada por White. Nas suas palavras:

(...) o modernismo aparece menos como uma rejeição do projeto realista e uma negação da história, e mais como uma antecipação de uma nova forma de realidade histórica, uma realidade que incluía, junto com seus inimagináveis, impensáveis, e indizíveis aspectos, o fenômeno do Hitlerismo, a Solução Final, guerra total, contaminação nuclear, fome em massa, e suicídio ecológico; um profundo sentimento da incapacidade das nossas ciências em *explicar* (...) e uma crescente desconfiança da incapacidade do nosso tradicional modo de representação inclusive em *descrevê-los* adequadamente.⁸⁰ (Ibidem, p. 52)

Com este ensaio, entendemos que o autor pode não simpatizar com determinadas representações do Holocausto, ainda que não seja capaz de descartá-las, por considerá-las válidas em seus respectivos pontos de vista ao representar esta “nova percepção da realidade”. Ainda assim, me parece que a proposta de manter o desejo de uma representação realista sobre uma realidade que se mostra difícil de *explicar* e mais ainda de *descrever* adequadamente continua um pouco confusa.

⁷⁹ No original: “Auerbach’s characterization of literary modernism indicates, not that history is no longer represented realistically, but rather that the conceptions of both history and realism have changed. Modernism is still concerned to represent reality “realistically”, and still identifies reality with history. But the history which modernism confronts is not the history envisaged by nineteenth-century realism.”

⁸⁰ No original: “modernism appears less a rejection of the realist project and a denial of history, than as an anticipation of a new form of historical reality, a reality that included, among its supposedly unimaginable, unthinkable, and unspeakable aspects, the phenomena of Hitlerism, the Final Solution, total war, nuclear contamination, mass starvation, and ecological suicide; a profound sense of the incapacity of our sciences to *explain* (...) and a growing awareness of the incapacity of our traditional modes of representation even to *describe* them adequately.”

Em resposta ao ensaio de White, eis que na mesma ocasião escreve o historiador britânico Perry Anderson, evocando o trabalho de White logo no título: *On Emplotment: Two Kinds of Ruin*⁸¹. Se mostrando contrário à possibilidade de representar o Holocausto de formas diversas (por exemplo, optando por um enredo cômico), o autor parte para uma defesa epistemológica da história alicerçada nas “regras da evidência”. O caminho argumentativo escolhido por Anderson parece, a meu ver, problemático. Tentarei aqui expôr o eixo central de sua crítica a White e, dentro do possível, alguns pontos que merecem atenção.

Em primeiro lugar, Anderson pretende criticar White indiretamente (por mais que inicie o ensaio citando-o e o tenha interpelado já no título com suas alusões) por intermédio de uma crítica ao estudo de Hillgruber, comentado por White no seu ensaio como uma versão “não-convencional” de narrar o período nazista, com suas particularidades ideológicas, mas ainda assim válida. Anderson, por outro lado, não vê validade alguma na obra do historiador alemão, logo, dedica quase todo seu ensaio a uma desconstrução do discurso oferecido por Hillgruber, no intuito de ali apontar uma mentira.

A crítica ao historiador alemão, *grosso modo*, se concentra na ideia de que o mesmo está interessado, no fundo, em aliviar a culpa da cultura e sociedade alemãs pelo genocídio contra os judeus. Faz isso através de uma supervalorização da figura do Führer, descrito como indivíduo que tomava decisões sozinho, agindo de livre e espontânea vontade. Anderson rejeita tal ênfase, denominando-a *intencionalista* [*intentionalism*] (ANDERSON, 1992:56), sustentando uma análise política do Terceiro Reich que identifica decisões tomadas conjuntamente, de forma articulada com diversos setores.

Sendo, portanto, o estudo de Hillgruber uma mera retórica, que possui como objetivos reais uma manipulação histórica que deseja “salvar” a cultura alemã de sua relação com a ascensão do nazismo, nada impede Anderson de identificar neste estudo uma mentira. Nas palavras do autor, trata-se de uma “falácia processual⁸²” [*procedural fallacy*]. Claro, como discutimos ao longo deste trabalho, o problema de identificar um estudo histórico como “falacioso”, “mentiroso” ou “verdadeiro”, é antes de mais nada epistemológico, a não ser que consideremos o problema ético como o elemento norteador da teoria. Anderson, como veremos, tratará de expôr sua defesa epistemológica da narrativa histórica, ainda que possivelmente o leitor identifique algo de antiquado nos termos adotados.

Para que fique claro, vejamos como Anderson resolve o problema da narrativa histórica do Holocausto em suas palavras:

Primeiro, alguns limites absolutos são colocados pela evidência. Negar a existência de ambos – o regime ou seus crimes – é plenamente descartado. Nenhum problema emerge neste caso. Contra-fatos são ainda sujeitos ao controle pelas regras da evidência (grifo)

⁸¹ ANDERSON, Perry. *On Emplotment: Two kinds of Ruin*. In FRIEDLANDER, Saul (org.) *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, pp. 54-65.

⁸² Definição de *falácia*: raciocínio falso que simula a condição de verdade; sofisma.

meu), que irão eliminar alguns deles, como o fazem neste caso: estratégias narrativas, para obterem crédito, sempre operam com limites *exteriores* deste tipo. Segundo, todavia, tais estratégias narrativas são sujeitas a uma dupla limitação *interior*. Por um lado, alguns tipos de evidência pressupõem certos tipos de elaboração de enredo – a Solução Final não pode ser escrita *historicamente* como um romance ou uma comédia. Por outro lado, qualquer elaboração de enredo genérica possui somente um fraco poder determinativo sobre a seleção de evidência⁸³ (Ibidem, p. 64)

Não será difícil imaginar o quanto White desacredita nesta proposição. Afinal, o cerne de sua tese em *Metahistory* é de que o discurso histórico, além de se diferenciar do romance por seu diálogo com os “limites exteriores” de que fala Anderson (os registros históricos), pode ser vazado em qualquer modalidade de enredo possível sem corromper este diálogo. Logo, com a mesma “fidelidade” à documentação, podemos narrar *historicamente* o Holocausto de uma maneira cômica ou satírica. Anderson, por sua vez, nega esta possibilidade, afirmando que “alguns tipos de de evidência” requerem “enredos específicos” para obterem validade. No entanto, o autor esquece não só de comentar o critério sob o qual a evidência x é necessariamente associada ao enredo y, tampouco os motivos para que tal associação seja necessária. Aqui, sua proposta faria mais sentido se a base de sua argumentação fosse ética; sua linguagem, todavia, indica preocupações epistemológicas.

Outra passagem conflitante com a concepção narrativa de White é aquela em que Anderson afirma que os “contra-fatos”, ou revisão dos fatos com novos fatos, é “sujeita ao controle pelas regras da evidência”. Como se a “evidência” fosse uma entidade por si só ativa e autônoma, que supervisionasse a percepção do historiador como um agente externo, que “aprova” e “rejeita” novas interpretações, “controlando” a representação através da imposição de limites. Não só White, como os narrativistas em geral, apontam para uma caracterização, a meu ver, mais plausível da interação entre o historiador e seus registros, atentando para a construção que o pesquisador insere em seu objeto pelo simples fato de transpô-lo para a linguagem humana, de forma que o nosso conhecimento sobre a realidade do passado se assemelhe mais a uma mescla entre a documentação e a subjetividade do pesquisador.

Criticando o trabalho de Hillgruber como falacioso, Anderson pretende uma defesa da cientificidade da história. Ademais, em se tratando de uma explícita resposta ao ensaio de White, creio que faltou à análise de Anderson comentar a necessidade de uma teorização renovada da história para o presente momento em que ambos discutem.

Na esteira da defesa epistemológica do conhecimento histórico, ainda que em termos distintos dos de Perry Anderson, Carlo Ginzburg dá as caras na Conferência para elaborar sua

⁸³ No original: “First, certain absolute limits are set by the evidence. Denial of the existence of either – the regime or its crimes – is plainly ruled out. No such issue arises in this case. Counterfactuals are also subject to control by the rules of evidence, which will eliminate some of them, as they do in this case: narrative strategies, to be credible, always operate within *exterior* limits of this kind. Second, however, such narrative strategies are in turn subject to a double *interior* limitation. On the one hand, certain kinds of evidence preclude certain sorts of emplotment – the Final Solution cannot *historically* be written as romance or as comedy. On the other hand, any generic emplotment has only a weak determinative power over the selection of evidence.”

resposta aos enunciados de Hayden White. Sua apresentação, que recebeu o título *Just One Witness*⁸⁴, oferecia uma crítica explicitamente direcionada ao suposto “revisãoismo” que negava a existência dos campos de concentração nazista, bem como à figura de Robert Faurisson⁸⁵.

Por meio de um exemplo histórico, no qual um episódio é narrado em tom de realidade, ainda que possua perceptíveis semelhanças com uma obra de literatura, Ginzburg enxerga a dúvida entre saber se o episódio é de fato real ou apenas uma releitura literária. Pelo teor dos acontecimentos que preenchem o episódio, continua, parece mais plausível que ele tenha sido uma ficção. De qualquer maneira, conclui o historiador, aquela narrativa possui algo de “real”, a saber, o fato de representar a forte influência da obra literária que a impulsionou. Logo, de uma forma ou de outra, toda fonte possui algo de real. Por outro lado, “ainda será preciso trabalhar sobre essa questão, embora, talvez, venha a ser impossível chegar a uma conclusão precisa.” (GINZBURG, 2006:213).

Subtraindo da fonte histórica aquilo que de “real” ela contém, segue Ginzburg, teremos diante de nós uma percepção obscurecida sobre o que, enfim, distingue a história do romance. É sobre esta distinção, por conseguinte, que Ginzburg convoca Hayden White para a conversa, passando a analisar sua obra. Elaborando uma breve biografia intelectual do historiador norte-americano, Ginzburg disserta sobre a influência exercida por Giovanni Gentile e Croce na concepção *tropológica* whiteana do conhecimento histórico, bem como suas relação com o relativismo cognitivo.

Incomoda ao historiador italiano a forma como White sempre se esquivava da denúncia de que sua teoria pode abrir caminho para tolerância social extrema na qual as pessoas podem agir e se expressar da forma como bem entenderem, ainda que sem a possibilidade de serem julgadas por seus atos, tendo em vista a inexistência de regras a serem seguidas. White responde a isso sustentando uma versão diferente da ideia de *tolerância*, entendida por ele como a base de qualquer sociedade democrática que respeite e contemple o diferente, a minoria, o outro.

Ora, como não escapa a Ginzburg, White discorda das proposições de Faurisson, vendo sua tese como “moralmente ofensiva e intelectualmente desconcertante” (Ibidem, 2006:225). Na defesa da possibilidade de interpretação ilimitada da história, somada a uma rejeição do negacionismo de Faurisson, Ginzburg identifica em White uma contradição. “A distinção entre uma mentira e uma interpretação errônea pode ser mais difícil de rastrear quando lidamos com acontecimentos históricos menos amplamente documentados do Holocausto”, afirma o estadunidense (WHITE apud GINZBURG, 2006:226), no entanto, quando se fala em *mentira*, as noções de *verdade* e *prova* são

⁸⁴ Neste trabalho, usarei a tradução do *paper* (que recebeu o título de *Just One Witness*) aresentado por Ginzburg na conferência. Esta tradução recebeu o título de “*Unus Tesis – O extermínio dos judeus e o princípio de realidade*”, e foi publicada em 2006 no livro *O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 210-230.

⁸⁵ Robert Faurisson foi um professor de literatura francês que publicou sua tese “revisãoista” (ou, para os críticos, “negacionista”) no jornal *Le Monde*, ano de 1979, intitulado: “O problema das câmaras de gás, ou o rumor de Auschwitz”.

também assumidas. Além do mais, Ginzburg sustenta que White associa a ideia de uma “interpretação verdadeira” a sua *eficácia* em dar sentido ao contexto cultural e político ao qual aquela se refere, e não ao “compromisso com as fontes”. Desta forma, caso a tese de Faurisson seja eficaz em uma dada conjuntura política, ela poderia assumir legitimamente o estatuto de “verdadeira”. Sobre esta suposta associação, afirma o italiano:

Como se viu, White sustenta que o ceticismo e o relativismo podem proporcionar as bases epistemológicas e morais da tolerância. Mas essa pretensão é insustentável, tanto do ponto de vista histórico como do lógico. Do ponto de vista histórico, porque a tolerância foi teorizada por indivíduos que tinham fortes convicções intelectuais e morais (...). Do ponto de vista lógico, porque o ceticismo absoluto entraria em contradição consigo mesmo se não fosse estendido também à tolerância como princípio regulador. Não só: quando as divergências intelectuais e morais não estão ligadas em última análise à verdade, não há nada a *tolerar*. (GINZBURG, 2006:227)

Em outras palavras, o relativismo de White é acusado de ser exagerado e possibilitar interpretações históricas infinitas sobre a sociedade. Me parece, todavia, que White não concordaria com a caracterização, levando em consideração suas observações sobre a importância do confronto da interpretação com o conjunto dos documentos sobre determinado evento, bem como uma importante diferença (ainda que mal delimitada) entre uma documentação ampla, ou seja, consistente, e outra insuficiente, parca, que não oferece subsídios para formular julgamentos razoavelmente concisos sobre a validade das interpretações possíveis.

Seguindo para suas considerações finais, Ginzburg propõe um retorno àquela ideia apresentada no início do ensaio a partir da leitura de um breve ensaio escrito pelo crítico literário italiano Renato Serra, fruto de suas correspondências com Croce. A ideia era de que todo registro histórico, todo *rastro*, possui algo de *real*, ainda que não necessariamente ilustre realisticamente aquilo que pretende representar. Se um relato sobre, digamos, o Holocausto, possui pouca ou nenhuma plausibilidade com os *rastros* por ele deixados, ao menos o relato possui sua validade enquanto um fenômeno (no caso, a emergência de relatos absurdos sobre o Holocausto).

Pois bem, Ginzburg extrai de Serra algumas sentenças, no intuito de reforçar as suas próprias. Afirma Serra: “Um documento é um fato. A batalha, um outro fato [...]. Os dois não podem fazer *um*. [...] O homem que age é *um fato*. E o homem que conta é *outro fato*. [...] Todo depoimento dá testemunho apenas de si mesmo, do seu momento, da sua origem, do seu fim, e de nada mais.” (SERRA apud GINZBURG, 2006:229).

Ou seja, Ginzburg defende a existência de uma realidade que é intrínseca a todo e qualquer registro da história, fundamentada na relação dialética que todo discurso estabelece com o seu próprio presente. Assim, podemos concluir que o historiador italiano rejeita o discurso negacionista, ainda que reconheça nele uma realidade: a espantosa popularidade, ou a enorme capacidade de cativação, das teorias céticas e relativistas nas ciências humanas das décadas de oitenta e noventa.

Como podemos perceber, o debate em torno das representações do Holocausto e a natureza do conhecimento histórico se torna conflituoso em função de diferentes concepções para os mesmos

conceitos. Assim, a noção de discurso “verdadeiro” é semelhante entre Ginzburg e Anderson, que defendem uma análise científica das fontes históricas como princípio da distinção entre *história* e *literatura*, ou melhor, *realidade* e *ficção*; por outro lado, White defende uma nova concepção de “verdade”, derivada de uma sociedade inédita, que “tomou consciência” da natureza problemática da linguagem humana e, conseqüentemente, do caráter essencialmente poético de toda representação, de forma que os conceitos de *realidade* e *ficção* ficam parcialmente mesclados, apresentando uma inter-relação diferente.

Sobre esta relação, chegamos aos pronunciamentos finais destas considerações. A meu ver, uma síntese interessante é proposta pelo filósofo francês Paul Ricoeur, que não só possuía grande interesse pela teorização sobre a narrativa e a linguagem como um todo, mas também estabeleceu um intenso diálogo com os historiadores de sua época. Na segunda seção do terceiro tomo de sua maior obra, “*Temps et récit*”⁸⁶ (1985), intitulada “Poética da narrativa: história, ficção, tempo”, Ricoeur nos oferece algumas ideias significativas para a reflexão sobre o *lugar* da história entre a “ficção” e a “realidade”. Para o filósofo, a compreensão que atribuímos a ambos os conceitos carece de uma articulação mais adequada, que atente para as *convergências* entre ambos, superando uma barreira que obscurecia a reciprocidade entre o realismo e a ficcionalidade.

A proposta do trabalho é clara: “É precisamente a significação vinculada à palavra ‘realidade’, aplicada ao passado, que espero renovar.” (RICOEUR, 2010:170). Para tanto, a noção de *representação* histórica (como o processo de trazer um acontecimento passado de volta ao presente, ou seja, re-presentar) é substituída pelo conceito de *representância*, cunhado pelo próprio autor a fim de nele imprimir sua nova significação. Por representância, entende-se “as relações entre as construções da história e seu *contraponto*, ou seja, um passado simultaneamente abolido e preservado em seus vestígios” (Ibidem, p. 171). O conceito atribuí à escrita da história uma narrativa sobre o passado que assume sua natureza poética, reconhecendo as *intencionalidades* da narração do historiador, que invariavelmente agrega significado a qualquer evento histórico que se debruça⁸⁷.

Da mesma forma que o processo poético da narrativa histórica toma “corpo” no conceito de representância, Ricoeur se esforça em argumentar a favor do elemento *histórico* de toda narrativa ficcional, que se apresenta da melhor forma nos *efeitos práticos* por ela produzidos no meio social quando de sua divulgação e apropriação por terceiros. Note-se: entre “realidade” e “ficção”, Ricoeur percebe uma relação *dialética*, na qual um conceito pode a um só tempo diferenciar-se do outro por suas peculiaridades e reconhecer suas conexões necessárias, recíprocas. Nas palavras do autor:

⁸⁶ *Temps et récit. Tome III: Le temps raconté*, Le Seuil, 1985. Para este trabalho, uso a tradução para o português brasileiro: RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. Tomo III: O tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

⁸⁷ A semelhança do conceito de Representância com a concepção topológica da história de Hayden White é evidente. De fato, Ricoeur cita o historiador e esta relação ao dissertar sobre o “entrecruzamento da história e da ficção”. Ver RICOEUR, 2010:311.

Entre o passado ‘real’ e a ficção ‘irreal’ parece haver um abismo intransponível. Uma investigação mais fina não poderia, contudo, ficar nessa dicotomia elementar entre ‘real’ e ‘irreal’. (...) O problema passará a ser então o de mostrar como a refiguração do tempo pela história e pela ficção se concretiza por meio dos empréstimos que cada modo narrativo toma do outro. Esses empréstimos consistirão no fato de que a intencionalidade histórica só se dá incorporando à sua perspectiva os recursos de *ficcionalização* que remetem ao imaginário narrativo, ao passo que a intencionalidade da narrativa de ficção só produz seus efeitos de detecção e de transformação do agir e do padecer assumindo simetricamente os recursos de *historicização* que lhe oferecem as tentativas de reconstrução do passado efetivo. Dessas trocas íntimas entre historicização da narrativa de ficção e ficcionalização da narrativa histórica, nasce o chamado tempo humano, que nada mais é que o tempo narrado. (RICOEUR, 2010:171-173)

Apesar de escrita em 1985, a concepção dialética ricoeuriana da relação entre realidade e ficção para a disciplina histórica não parece compor o repertório de argumentos apresentados na Conferência sobre o Holocausto e os “limites da representação”, ocorrida cinco anos depois. Se os historiadores, em geral, desconhecem as formulações do filósofo ou nelas não enxergam muito proveito, não cabe a mim responder. De todo modo, é notável em Ricoeur a superação de uma concepção dualista que, por muito tempo (quem sabe, ainda hoje?), opôs historiadores entre a “defesa da verdade” e o “ceticismo relativista”. Frente à tentação de identificar em Ricoeur a “chave” para o problema da representação histórica, fica clara a importância de, ao menos, lembrar de comentá-lo. De fato, uma conclusão última para esta questão, da forma como almejava a Conferência acerca do Holocausto, não parece ser um alvo fácil de atingir.

Referências bibliográficas:

- ANDERSON, Perry. *On Emplotment: Two kinds of Ruin*. In FRIEDLANDER, Saul (org.) *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge: Harvard University Press, 1992, pp. 54-65.
- BARROS, Manoel de. *Poesia Completa*. Lisboa: Cotovia, 2010.
- BERLIN, Isaiah. *The Concept of Scientific History*. *History & Theory*, I, 1 (1960), pp. 1-31.
- CEZAR, Temístocles. *Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica* (1970-1980). *Hist. Historiogr.*, Ouro Preto, n. 17, abril de 2015, p. 440-461.
- CLARCK, Elizabeth. *History, Theory, Text: historians and the linguistic turn*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- CRUZ, Marcus Silva da; ASSIS, Gabriella Lima de. *Desconstruindo a história: Hayden White e a escrita da narrativa*. *Revista Mosaico*, v.3, n.1, p.111-118, jan./jun. 2010.
- DANTO, Arthur. *Narrative Sentences*. *History & Theory*, II, 2 (1962), pp. 146-179.
- DRAY, William. *On the Nature and Role of Narrative in Historiography*. *History & Theory*, X, 2 (1971), pp. 153-171.
- FRIEDLANDER, Saul (org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*. Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1992.
- GALLIE, W. G. *The Historical Understanding*. *History & Theory*, III, 2 (1963), pp. 149-202.
- GINZBURG, Carlo. *Unus tesus – O extermínio dos judeus e o princípio da realidade*. In “O Fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício”. São Paulo: Companhia das Letras, pp. 210-230.
- HARTOG, François. *Aristóteles e a história, mais uma vez*. Ouro Preto: *hist. historiogr.*, nº 13, dez/2013, pp. 14-23.
- IGGERS, George. *Historiography between Scholarship and Poetry: Reflections on Hayden White’s Approach to Historiography*. *Rethinking History*. 2000. vol. 4, n. 3, pp.373-390.
- KOSELLECK, Reinhardt. *Futuro Passado – contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução do original alemão por Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.
- LÓPEZ, , Frank. *El Giro Lingüístico de la Filosofía y la Historiografía Contemporanea*. (2011)
- MANDELBAUM, Maurice. *A Note on History as Narrative*. *History & Theory*, VI, 3 (1967), pp. 413-419.
- MARQUEZ, Rodrigo Oliveira. *Três polêmicas com Hayden White*. Universidade Federal de Goiás: *Revista de Teoria da História*, Ano 2, Número 5, junho/2011.
- MARVIC, Arthur. *Two Approaches to Historical Study: The Metaphysical (Including “Posmodernism”) and the Historical*. *Jornal of Contemporary History*, 1995, vol. 30, n. 5, pp. 5-

MINK, Louis. *The Autonomy of Historical Understanding*. History & Theory, V, 1 (1966), pp. 24-47.

MORAIS, Julierme. *Hayden White lendo Karl Marx: reflexões acerca da repetição histórica*. Universidade Federal de Goiás: Revista de Teoria da História Ano 5, no 9, jul/2013.

MOSES, Dirk. *Hayden White, Traumatism, Nationalism, and the Public Role of History*. History and Theory, 2005, vol. 44, n. 3, pp 311-331.

NIETZSCHE, F. *Obras Incompletas* (Coleção “Os Pensadores”, Volume I). São Paulo: Nova Cultural, 1991.

RIKOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa. Tomo III: O tempo narrado*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010

SAUSURRE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.

VARGAS, João Tristan. *Hayden White, a ironia e os historiadores*. História social no 3, 1996, pp.37-50.

WHITE, Hayden. *Croce and Becker: a note on de Evidence of Influence*. History & Theory, X, 2 (1971), pp. 222-227.

_____. *Foucault Decodificado: notas do subterrâneo*. In “Trópicos do Discurso: ensaio sobre a crítica da cultura”. São Paulo: Edusp, 2001.

_____. *Historical Emplotment and the Problem of Truth*. In FRIEDLANDER, Saul (org.) Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”. Cambridge: Harvard University Press, 1992, pp. 37-53.

_____. *Historicism, History and the Figurative Imagination*. History & Theory, XIV, 4 (1975), pp. 48-67.

_____. *Meta-história: a Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: Editora Edusp, 1995.

_____. *The Burden of History*. History & Theory, V, 2 (1966), pp. 111-134.

_____. *Trópicos do Discurso – ensaios de crítica da cultura*. São Paulo: Editora Edusp, 2001.